

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS**

**FACULDADE DE DIREITO**

**A REFORMA TRABALHISTA E OS LIMITES AO ACESSO À  
JUSTIÇA.**

**IOLANDA GONÇALVES LOPES**

**Rio de Janeiro**

**2019 / 2º SEMESTRE**

**IOLANDA GONÇALVES LOPES**

**A REFORMA TRABALHISTA E OS LIMITES AO ACESSO À  
JUSTIÇA.**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação da **Professora Ms Bruna Mendonça**.

**Rio de Janeiro**  
**2019 / 2º SEMESTRE**

## CIP - Catalogação na Publicação

L864r                   Lopes, Iolanda Gonçalves  
                          A Reforma Trabalhista e os limites ao acesso à  
                          Justiça. / Iolanda Gonçalves Lopes. -- Rio de  
                          Janeiro, 2019.  
                          82 f.  
  
                          Orientadora: Bruna Mendonça.  
                          Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
                          Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade  
                          Nacional de Direito, Bacharel em Direito, 2019.  
  
                          1. Reforma Trabalhista. 2. Acesso à Justiça. I.  
                          Mendonça, Bruna, orient. II. Título.

**IOLANDA GONÇALVES LOPES**

**A REFORMA TRABALHISTA E OS LIMITES AO ACESSO À  
JUSTIÇA.**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação da **Professora Ms Bruna Mendonça.**

Data da Aprovação: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

Banca Examinadora:

---

Orientador

---

Membro da Banca

---

Membro da Banca

**Rio de Janeiro**  
**2018/2º SEMESTRE**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta monografia ao meu amado filho Benjamin.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, por ter me dado forças para concluir mais uma etapa da minha vida.

À professora Bruna Mendonça, pela compreensão, pelas importantes sugestões de metodologia, referências bibliográficas e comentários afins, que foram fundamentais para a elaboração desse trabalho.

Aos meus pais, pelo apoio incondicional.

Ao meu querido esposo Toni que sempre me incentivou e foi um suporte fundamental a todo o percurso necessário à execução das tarefas e estudos durante a fase acadêmica.

## **RESUMO**

O direito do acesso à justiça, assegurado pela Constituição Federal de 1988, é fundamental para a efetivação de todos os demais direitos. Muitas vezes, somente através desse acesso é que muitas pessoas conseguem efetivá-los. Para superar a barreira econômica, que é responsável por afastar um grande número de pessoas da tutela jurisdicional, foi instituído o benefício da gratuidade de justiça àqueles que não possuem condições econômicas para arcar com as despesas processuais sem comprometer o seu sustento ou de sua família. Esse benefício permitiu que muitos trabalhadores hipossuficientes economicamente pudessem ajuizar suas reclamações perante a Justiça do Trabalho. No entanto, com a aprovação da Reforma Trabalhista foram introduzidos alguns dispositivos para limitá-lo. A proposta é mostrar quais foram as principais restrições impostas ao benefício da justiça gratuita e ao direito do acesso à justiça como um todo.

Palavras-chave: Acesso à Justiça; Gratuidade de Justiça; Reforma Trabalhista.

## **ABSTRACT**

The right of access to justice, guaranteed by the Federal Constitution of 1988, is fundamental for the realization of all other rights. Often, only through this access can many people make them effective. To overcome the economic barrier, which is people from legal protection, the benefit of free justice was instituted for those who do not have the economic conditions to meet the procedural expenses without compromising their livelihood or that of their family. This benefit allowed many economically underweight workers to file their claims with the Labor Court. However, with the approval of the Labor Reform, some provisions were introduced to limit it. The proposal is to show what were the main restrictions imposed on the benefit of free justice and the right of access to justice as a whole.

**Keywords:** Access to Justice; Free of Justice; Labor Reform.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1 ACESSO À JUSTIÇA.....</b>	<b>14</b>
1.1 Desenvolvimento teórico do conceito jurídico de acesso à justiça.....	14
1.2 As ondas renovatórias do acesso à justiça.....	16
1.3 O acesso à justiça e os direitos humanos.....	21
1.4 O acesso à justiça e os obstáculos para sua efetividade no Brasil.....	23
1.5 A Constituição Brasileira de 1988 e o direito à justiça gratuita.....	29
1.6 O acesso e a gratuidade na Justiça do Trabalho.....	30
<b>2 O TRATAMENTO DE ACESSO À JUSTIÇA NA REFORMA TRABALHISTA.....</b>	<b>38</b>
2.1 Neoliberalismo: Base ideológica para a reforma trabalhista .....	38
2.2 Breve relato sobre a tramitação e aprovação do Projeto de Lei nº 6.787/2016.....	43
2.3 A reforma trabalhista e o acesso à Justiça.....	47
2.3.1 O Benefício da Justiça Gratuita.....	49
2.3.2 Honorários periciais e sucumbenciais.....	52
2.3.3 Responsabilidade por dano processual: litigância por má-fé.....	54
2.3.4 Aplicação de multa à testemunha por litigância de má-fé no processo do trabalho.....	56

2.3.5	O valor da causa no Processo do Trabalho e a problemática da delimitação do pedido na reclamação trabalhista.....	57
2.3.6	Ausência do reclamante na audiência.....	58
3	EFEITOS SOCIAIS DA DISCUSSÃO DA LEI 13.467/2017 SOBRE O ACESSO À JUSTIÇA.....	60
3.1	Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5766.....	60
3.1.2	Julgamento da ADI 5766.....	62
3.2	Enunciados da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).....	67
3.3	Teses aprovadas pelo 19º Congresso Nacional de Magistrados da Justiça do Trabalho (Conamat).....	68
3.4	Instrução Normativa TST nº 41/2018.....	70
3.5	Algumas decisões das Câmaras do TST sobre a Reforma Trabalhista e suas restrições ao acesso à justiça.....	71
3.6	Segundo ano da Reforma Trabalhista: efeitos sobre o acesso à Justiça.....	73
4	CONCLUSÃO.....	76
	REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	79

## INTRODUÇÃO

O princípio do acesso à justiça, consagrado no art. 5º, XXXV, da Constituição Federal, impede o surgimento de normas que limitem diretamente ou indiretamente o acesso das pessoas ao Poder Judiciário<sup>1</sup>. Todavia, a Lei 13.467/2017 (Reforma Trabalhista), apesar dos inúmeros questionamentos sobre sua (in) constitucionalidade foi aprovada e está em vigência. A referida lei promoveu diversas modificações na legislação trabalhista que podem dificultar a efetivação desse direito fundamental, como por exemplo, a alteração da regulamentação do instituto da justiça gratuita e sua concessão no Direito Processual do Trabalho (§ 3º e § 4º, artigo 790, da CLT).

A concessão da gratuidade de justiça é fundamental para a efetivação da garantia constitucional ao amplo acesso das pessoas ao Poder Judiciário. Essa garantia, também conhecida como princípio da inafastabilidade da jurisdição, foi elevada a uma prerrogativa de Direitos Humanos na Primeira Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos, realizada na cidade de São José, na Costa Rica, em 1969.

O Brasil, signatário da Convenção Americana de Direitos Humanos, ao ratificar sua adesão através do Decreto 678, de 1992, demonstrou seu interesse em consolidar os direitos humanos no âmbito nacional. Contudo, com a introdução da Reforma Trabalhista pode haver um retrocesso na consolidação desses direitos, particularmente ao direito do acesso à justiça.

Maurício Godinho Delgado expõe que, “para as pessoas economicamente (ou socialmente) vulneráveis, o amplo acesso à jurisdição somente se torna possível e real caso haja, de fato, a efetiva garantia da gratuidade dos atos judiciais – a *chamada justiça gratuita*”<sup>2</sup>.

No cenário político-econômico do Brasil, em virtude das contradições do conflito capital-trabalho, o trabalhador isoladamente não tem condições reais de exigir do empregador o cumprimento das regras trabalhistas. Em sua obra *A riqueza das nações*, Adam Smith já comentava sobre as desvantagens do trabalhador na barganha individual

---

<sup>1</sup> LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 16 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018, p 195.

<sup>2</sup> DELGADO, Maurício Godinho; Gabriela Neves Delgado. **A Reforma Trabalhista no Brasil**: com os comentários à Lei n. 13.467/2017. São Paulo: LTr, 2017.

em virtude de sua sobrevivência física correr perigo quando a força de trabalho não encontra compradores<sup>3</sup>. Sendo assim, o único momento em que o trabalhador individual conseguiria de fato tentar fazer valer os seus direitos, colocando-se em condições, pelo menos formais, de ser ouvido, é quando ajuíza sua demanda trabalhista.

Jorge Luiz Souto Maior destaca que “é necessário que as formas jurídicas do processo não sirvam para reproduzir, e assim, reforçar a opressão do local de trabalho. Reconhecendo a realidade concreta, a função do processo é eliminar os obstáculos ao acesso à ordem jurídica justa<sup>4</sup>”.

O presente trabalho tem como objetivo principal a análise do direito de acesso à justiça e as mudanças no processo do trabalho, decorrentes da Reforma Trabalhista que podem limitar sua efetivação. A pesquisa foi realizada com a proposta de verificar se as alterações das leis processuais trabalhistas, tais como as mudanças no instituto da gratuidade de justiça e nos honorários sucumbenciais e periciais, poderiam restringir ao trabalhador o direito constitucional do amplo acesso à justiça. A hipótese de pesquisa é de que a redução da extensão da gratuidade, prevista na Lei 13.467/2017, poderia provocar, de certa forma, limitações à efetividade desse direito fundamental, que sua aplicação poderia inibir o ajuizamento de ações perante à Justiça do Trabalho.

A análise realizada sobre o direito de acesso à justiça e os dispositivos da Reforma Trabalhista que podem limitar sua efetividade foi baseada no método hipotético-dedutivo baseando-se na construção doutrinária, jurisprudencial e normativa. Pesquisas bibliográficas, por meio de artigos jurídicos, doutrina, revistas jurídicas, normas constitucionais e infraconstitucionais, estudo de caso e decisões jurisprudenciais; e pesquisas empíricas, buscando através da análise de dados estatísticos e documentos verificar a aplicação da nova lei e suas implicações sociais referente ao tema, serão os métodos de procedimentos específicos do trabalho em questão.

Essa pesquisa se divide em três capítulos. O primeiro trata do direito do acesso à justiça, considerando as mudanças que esse conceito sofreu ao longo do tempo, a identificação dos principais obstáculos para sua efetivação e os avanços que contribuíram

---

<sup>3</sup> SMITH, Adam. Os salários do Trabalho. In: **A riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996, p.119.

<sup>4</sup> MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto. **O acesso à justiça sob a mira da reforma trabalhista: ou como garantir o acesso à justiça diante da reforma trabalhista**. Disponível em: <<https://www.jorgesoutomaior.com/blog/o-acesso-a-justica-sob-a-mira-da-reforma-trabalhista-ou-como-garantir-o-acesso-a-justica-diante-da-reforma-trabalhista>>. Acesso em: 03 de nov. 2019.

para a democratização do acesso ao Poder Judiciário. O segundo capítulo apresenta os principais dispositivos da Reforma Trabalhista que modificaram a norma processual trabalhista e que podem promover o retrocesso do princípio constitucional da inafastabilidade jurisdicional. O terceiro capítulo aborda a ADIN 5766, ajuizada pela Procuradoria-Geral da República contra dispositivos que modificam a extensão da gratuidade de justiça aos trabalhadores que comprovem não possuir recursos econômicos para arcar com as despesas processuais; as decisões jurisprudências, os enunciados aprovados pela Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho) e as consequências sociais das modificações decorrentes da referida lei sobre o tema estudado.

Em um país marcado pela desigualdade social, a facilitação para o acesso à justiça é fundamental para que um grande número de trabalhadores consiga pleitear perante o Poder Judiciário o cumprimento das obrigações trabalhistas e a reparação jurídica por parte do empregador em virtude de lesões aos seus direitos. Esse direito é essencial para a efetivação de todos os demais, principalmente para os direitos assegurados aos trabalhadores, direitos que muitas vezes são ignorados por um número expressivo de empregadores que se apoiam na ausência de conhecimento de seus empregados sobre os direitos trabalhistas, em fatores econômicos e sociais, como exemplo, dependência do emprego, e até mesmo no aspecto cultural, que contribuem pela hesitação do trabalhador em recorrer aos tribunais.

Devido à fiscalização precária do Trabalho e os valores irrisórios das multas que não costumam inibir o descumprimento das obrigações trabalhistas, a Justiça do Trabalho nos últimos anos conquistou a confiança de grande parte dos trabalhadores que costumam depositar nessa instituição suas últimas esperanças para terem seus direitos efetivados. Parte dessa confiança foi adquirida em razão da facilitação do acesso à justiça estimulada pelas normas processuais do trabalho. Modificar a legislação laboral incluindo dispositivos que revelam a nítida intenção de dificultar o acesso ao órgão jurisdicional é uma clara afronta à Constituição. Nesse sentido, a pesquisa é de grande relevância, uma vez que tem como foco a análise de uma ameaça à um direito fundamental, não apenas do trabalhador, mas inerente a todo ser humano, que é o direito de ter acesso à justiça.

## CAPÍTULO I

### ACESSO À JUSTIÇA

#### 1.1\_Desenvolvimento teórico do conceito jurídico de acesso à justiça.

O conceito de acesso à justiça sofreu ao longo do tempo importantes transformações. Nos estados liberais, nos séculos XVIII e XIX, com as “declarações de direitos”, surgiu a primeira geração de direitos. Direitos relacionados à liberdade que visavam principalmente proteger o indivíduo da atuação do Estado. Nesse período, o caráter essencialmente individualista dos direitos se fazia presente nos procedimentos adotados para solucionar os litígios civis. O direito de acesso à justiça nas sociedades do *laissez-faire* era fundamentalmente formal, sendo entendido tão somente como o direito de propor ou contestar uma ação. Não havia a preocupação por parte do Estado com a capacidade do indivíduo de reconhecer seus direitos e defendê-los adequadamente na prática.

Devido à passividade do Estado diante da incapacidade de muitas pessoas no uso da justiça e de suas instituições, o direito do acesso à justiça continuou sendo inacessível a muitos, pois apenas àqueles que podiam arcar com seus custos podiam usufruir desse direito; aqueles que não pudessem fazê-lo eram considerados os únicos responsáveis por sua sorte<sup>5</sup>. Desse modo, o acesso à justiça era em tese garantido a todos, porém na prática poucos conseguiam usufruir desse direito.

Na medida em que as sociedades passaram a se preocupar mais com a coletividade do que com a individualidade surgiu um movimento para que fossem reconhecidos os direitos e deveres sociais dos governos, comunidades, associações e indivíduos. Com a passagem do Estado Liberal para o Estado Social, grande parte das

---

<sup>5</sup>CAPPELLETTI, Mauro e GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Porto Alegre: Fabris, 1988, p. 09.

reivindicações foram atendidas e direitos sociais, como os direitos ao trabalho, à saúde, à segurança, à educação e ao lazer passaram a ser assegurados pelas constituições modernas. Esses novos direitos, conhecidos como direitos de segunda geração, permitem aos indivíduos exigir determinada ação do Estado para que haja melhoria em suas condições de vida<sup>6</sup>. No entanto, para que os direitos sociais proclamados se tornem verdadeiramente efetivos e acessíveis a todos é imprescindível a atuação positiva do Estado. Nesse contexto, o direito do acesso à justiça tornou-se de suma importância para a efetividade dos novos direitos individuais e sociais, uma vez que grande parte deles carece de mecanismos para sua efetividade. Boaventura Santos menciona que após a constitucionalização dos novos direitos sociais, o direito ao acesso efetivo à justiça tornou-se um direito charneira, cuja denegação acarretaria a de todos os demais<sup>7</sup>. Desse modo, o direito de acesso à justiça, além de ser um direito social fundamental, tornou-se o ponto central da moderna processualística<sup>8</sup>.

O acesso à justiça tem sido uma das maiores preocupações dos processualistas comprometidos com o alcance dos desígnios jurídico, social e político do processo. Inúmeros estudos têm sido realizados sobre o tema com a finalidade de superar os obstáculos à sua realização e possibilitar a adoção de mecanismos hábeis a assegurar a sua efetividade. Atualmente, entende-se que o direito de acesso à justiça não deve ser compreendido apenas como mero direito de acesso ao Poder Judiciário, ao direito de ajuizar ou contestar uma ação, um direito de acesso formal ou nominal simplesmente, mas sim como um direito de acesso à *ordem jurídica justa*<sup>9</sup>.

Sobre o novo entendimento do direito de acesso à justiça, Dinamarco faz a seguinte afirmação:

Acesso à justiça não equivale a mero ingresso em juízo. É preciso que as pretensões apresentas aos juízes, cheguem efetivamente ao julgamento de fundo, sem a exacerbação de fatores capazes de truncar o prosseguimento do processo, mas também o próprio sistema processual seria estéril e inoperante enquanto se resolvesse numa

---

<sup>6</sup> DIMOULIS, Dimitri e MARTINS, Leonardo. **Teoria geral dos direitos fundamentais**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.p. 52

<sup>7</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Sociologia dos Tribunais e a Democratização da Justiça**. In: Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 7ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999. p.146.

<sup>8</sup>CAPPELLETTI, Mauro e GARTH, Bryant. *Op. Cit.* p. 13.

<sup>9</sup>Expressão utilizada por Kazuo Watanabe, “Acesso à justiça e sociedade moderna”, in: Ada Pellegrini Grinover, Cândido Rangel Dinamarco e Kazuo Watanabe (coord.) **Participação e processo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998, p.128.

técnica de atendimento ao direito de ação, sem preocupações com os resultados exteriores. Na preparação do exame substancial da pretensão, é indispensável que as partes sejam tratadas com igualdade e admitidas a participar, não se omitindo da participação também do próprio juiz, de quem é a responsabilidade principal pela condução do processo e correto julgamento da causa. Só tem acesso à ordem jurídica justa quem recebe justiça. E receber justiça significa ser admitido em juízo, poder participar, contar com a participação adequada do juiz, e ao fim, receber um provimento jurisdicional consentâneo com os valores da sociedade. Tais são os contornos do processo justo, ou processo équo, que é composto pela efetividade de um mínimo de garantias de meios e resultados<sup>10</sup>.

Câmara declara que para haver pleno acesso à justiça é necessário que seja possível a toda a sociedade alcançar uma situação de justiça. Ele menciona que há dois tipos de justiça: a justiça por natureza e a justiça por convenção. Justo por natureza é tido como aquilo que é justo independentemente de ser assim reconhecidos por leis, costumes, sentenças ou contratos, enquanto a justiça por convenção é aquilo que exprime a ética social, tendo sido considerado justo pela sociedade e por ela consagrado em normas. É importante ressaltar que nem sempre a justiça por natureza e a justiça por convenção coincidem. Na concepção do jurista fazer justiça é algo que pode ser definido como “dar a cada um o que é seu”<sup>11</sup>. Embora nem sempre seja possível saber o que pertence por natureza a cada um, é possível identificar o que pertence a cada um por convenção. Sendo assim, o acesso à justiça deve ser pensado como a obtenção daquilo que se convencionou ser próprio a cada um, a cada sujeito de direito.

## 1.2\_ As ondas renovatórias do acesso à justiça.

O acesso à justiça tornou-se tema de investigação científica específico do campo jurídico a partir da pesquisa empírica realizada pelo Projeto Florença. Este projeto, coordenado por Mauro Cappelletti e Bryant Garth, foi patrocinado pela Fundação Ford, pelo Conselho de Pesquisa Italiano (“CNR”, na sigla original) e pelo Ministério da

---

<sup>10</sup> DINAMARCO, Candido Rangel. Instituições de Direito Processual Civil. In: BARROS, Anna Flávia Magalhães de Caux Barros; PINTO, Mariana Lamego de Magalhães. **O jus postulando e o acesso à justiça no processo do Trabalho**. Disponível em <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=0cb5ebb1b34ec343>>. Acesso em 04 set. 2019.

<sup>11</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. O acesso à justiça no Plano dos Direitos Humanos. In: QUEIROZ, Raphael Augusto Sofiati (Org.). **Acesso à justiça**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2002. p. 2



Educação da Itália<sup>12</sup>. Para a pesquisa foram mobilizados pesquisadores de diversos ramos, como juristas, sociólogos, economistas, cientistas políticos, antropólogos e psicólogos de todos os continentes, para discutir sobre o significado e os possíveis desdobramentos do termo. Durante seu desenvolvimento, nas décadas de 1960 e 1970, foram coletados e analisados os dados de sistemas judiciais de 23 países<sup>13</sup>. Os resultados foram publicados em quatro volumes e tornou-se um marco para o direito processual. Um dos principais objetivos do Projeto consistia na potencialização do processo enquanto instância capaz de conferir efetividade aos direitos. A execução do Projeto é tida como um Movimento de acesso à justiça, devido ao sucesso obtido pelos seus estudos em diversos países. A publicação oficial do Relatório Geral do Projeto Florença, intitulado “*Access to Justice: The Worldwide Movement to Make Rights Effective – A General Report*”, em Milão, incentivou uma verdadeira proliferação do tema. O Brasil não participou do Projeto Florença e um relatório resumido da referida obra foi publicada no país somente em 1988, sob o título “Acesso à justiça<sup>14</sup>”.

Esse movimento busca identificar através dos estudos de sistemas jurídicos, os obstáculos à efetividade do direito de acesso à justiça, analisando-os sob várias perspectivas, dentre as quais a econômica, social e psíquica. Cappelletti, em sua obra *Acesso à Justiça*, divide esse movimento em três fases, denominadas como três ondas renovatórias de acesso à justiça. A primeira onda para o acesso efetivo e real à justiça, também compreendida como acesso à ordem jurídica justa, está relacionada com questões econômicas, com a necessidade de superar a barreira imposta aos cidadãos que possuem poucos recursos financeiros para ajuizar uma ação devido à falta de recursos materiais para pagar as custas judiciais, a contratação de serviços prestados para sua tramitação e os honorários de sucumbência. A segunda onda, de cunho organizacional, diz respeito à adequação das instituições processuais, principalmente no que se refere à legitimidade para ação, às novas realidades criadas pela massificação das relações humanas que geram uma grande gama de interesses difusos e coletivos. A terceira e última onda apresentada

---

<sup>12</sup> GALANTER, Marc. Acesso à Justiça em um Mundo Com Capacidade Social em Expansão. In: FERRAZ, Leslie Shérída. **Repensando o acesso à Justiça no Brasil: Estudos Internacionais**, vol. 2. Institutos inovadores / Coordenação [de] Leslie Shérída Ferraz – Aracaju: Evocati, 2016. p 18.

<sup>13</sup> Austrália, Áustria, Bulgária, Canadá, China, Inglaterra, França, Alemanha, Holanda, Hungria, Indonésia, Israel, Itália, Japão, Polônia, União Soviética, Espanha, Suécia, Estados Unidos, México, Colômbia, Chile e Uruguai.

<sup>14</sup> PORTO, Júlia Pinto Ferreira Porto. **Acesso à Justiça: Projeto Florença e Banco Mundial**. Tese (Mestrado em Direito Político e Econômico) – Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, p. 30. 2009.

por Cappelletti se preocupa com o conjunto geral de instituições e mecanismos, pessoas e procedimentos utilizados para processar e mesmo prevenir disputas nas sociedades modernas.

O principal foco desse movimento sempre esteve na busca pela concretização do acesso à justiça, principalmente o acesso de indivíduos e grupos de vulneráveis que por muito tempo estiveram privados dos benefícios de uma justiça igualitária e justa<sup>15</sup>. Os estudos realizados enfrentam diretamente de forma crítica o período liberal que era pautado apenas em corrigir os problemas relacionados ao direito de ação, isto é, ter acesso a proteção judicial limitava-se ao direito processual do indivíduo de propor ou contestar uma demanda<sup>16</sup>. Tanto que a expressão utilizada era “acesso às cortes de justiça”, que data no mínimo, de 1840. Somente a partir de 1970, a expressão foi, ocasionalmente, abreviada para “acesso à justiça<sup>17</sup>”.

O Projeto Florença, além de identificar os obstáculos existentes, buscou oferecer soluções para que esse direito, presente em diversos tratados e inúmeras constituições vigentes, deixasse de ser um direito meramente formal. Após a conclusão da pesquisa foram propostas algumas medidas que deveriam ser adotadas para democratizar o acesso à Justiça, dentre elas: o Estado remunerar advogados (adotado em países como Áustria, Inglaterra, Holanda, França e Alemanha, similar ao sistema de advogados dativos no Brasil); advogados remunerados pelos cofres públicos (Legal Services Corporation nos Estados Unidos), que abrange a prestação de assistência judiciária mais ampla, como a atuação para promover a conscientização das pessoas sobre seus direitos e até mesmo a proposta de um sistema misto, no qual caberia ao cidadão a opção de escolher um advogado público ou privado (adotado pela Suécia e província canadense de Quebec)<sup>18</sup>. Para superar as barreiras que não estavam relacionadas diretamente à questão econômica propôs: mudanças na legislação, visando à criação de mecanismos jurídicos para atuar em defesa dos direitos difusos, reformas nas estruturas

---

<sup>15</sup>CAPPELLETTI, Mauro e GARTH, Bryant. Op. Cit. p. 67.

<sup>16</sup> PEDRON, Flávio Barbosa Quinaud. Reflexões sobre o “acesso à Justiça” qualitativo no Estado Democrático de Direito. In: **Proteção ao acesso à Justiça nos Órgãos Interamericanos de Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=8eb9becbba23d2cc> . Acesso em 26 ago. 2019.

<sup>17</sup> GALANTER, Marc. Op. Cit. p. 18

<sup>18</sup> FERNANDES, Bernardo Gonçalves; PEDRON, Flavio Barbosa Quinaud. **O poder judiciário e(m) crise**: reflexões de teoria da constituição e teoria geral do processo sobre o acesso à justiça e as recentes reformas do poder judiciário à luz de Ronald Dworkin, Klaus Günther e Jürgen Habermas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. p.3

de tribunais e a criação de mais foros para aproximar o Poder Judiciário da sociedade com a finalidade de efetivar direitos.<sup>19</sup>

Kim Economides, discípulo de Mauro Cappelletti, apresenta uma quarta onda renovatória. Em seus estudos, desloca o eixo de investigação dos destinatários da prestação jurisdicional para os prestadores do serviço, sem perder o enfoque também da demanda, e da indissociável relação entre eles.<sup>20</sup> No projeto interdisciplinar que desenvolveu com geógrafos (*Access to Justice in Rural Britain Project* – Projeto de Acesso à Justiça na Grã-Bretanha Rural), estudou o acesso à justiça em comunidades rurais – no sudoeste da Inglaterra, a partir de uma investigação empírica sobre a distribuição e o trabalho de advogados e sobre as necessidades (ou contatos) jurídicas dos habitantes de três remotas paróquias rurais. A decisão por focar nos prestadores dos serviços judiciais deve-se ao fato de que em sua concepção: “o acesso dos cidadãos à justiça é inútil sem o acesso dos operadores do direito à justiça<sup>21</sup>”.

Ele considera que para entender a natureza do acesso aos serviços jurídicos é fundamental a compreensão simultânea de três elementos. O primeiro é a natureza da demanda dos serviços jurídicos, para verificar as necessidades jurídicas não atendidas e procurar quantificar em termos objetivos estas ausências, e investigar a atitude do público em geral, a partir de pesquisas sobre opinião e conhecimento da justiça. O segundo é a natureza da oferta desses serviços jurídicos; pois não há oferta para qualquer tipo de demanda. Desse modo, constituem-se espaços vazios, uma vez que os advogados não prestam serviços a todo e qualquer tipo de causa, servindo preferencialmente às corporações e às grandes organizações. Afirma que “*a natureza e o estilo dos serviços jurídicos oferecidos são, portanto, fatores cruciais que influenciam, quando não determinam, a mobilização da lei*”<sup>22</sup>. O terceiro é a natureza do problema jurídico que os clientes possam desejar trazer ao fórum da justiça, pois independente da classe social, há direitos como meio ambiente, os metaindividuais, que transcendem a esfera individual e

---

<sup>19</sup> BARROS, Flaviane Magalhães; TEODORO, Warlen Soares e MAIA, Amanda Monique de Souza Aguiar. **Primeiras linhas para acesso ao processo**. In: Revista do Direito Público, v10, n.1, Londrina, 2015.

<sup>20</sup> ECONOMIDES, Kim. Lendo as ondas do “Movimento de Acesso à Justiça”: epistemologia *versus* metodologia? In: **Cidadania, justiça e violência**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p.55-70. Disponível em: < <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6742/39.pdf>>. Acesso em 21 ago. 2019.

<sup>21</sup> Idem. p. 62.

<sup>22</sup> Idem. p. 67

que afeta todos os cidadãos quando não são representados pelos prestadores de serviços jurídicos<sup>23</sup>.

Em sua obra expõe as dimensões ética e política da administração da justiça e indica novos desafios tanto para a responsabilidade profissional como para o ensino jurídico<sup>24</sup>. Economides realiza uma análise sobre o acesso dos cidadãos ao ensino do direito e ao ingresso nas profissões jurídicas a partir das seguintes indagações: Quem pode ingressar nas faculdades de direito? Quem pode se qualificar como advogado ou juiz? Os critérios adotados para a admissão são princípios de nepotismo ou de mérito? Os governos, os organismos profissionais e os advogados individualmente precisam esforçar-se para promover positivamente o acesso à profissão legal das mulheres, das minorias em desvantagem e de outros grupos que sejam social ou historicamente excluídos<sup>25</sup>? Afirma que “a partir dessa perspectiva, o acesso dos cidadãos brasileiros à carreira jurídica deveria ser olhado como uma importante dimensão, até mesmo uma precondição, para a questão do acesso dos cidadãos à justiça<sup>26</sup>”.

A segunda questão analisada está centrada na aptidão dos profissionais dos serviços jurídicos para promoverem “justiça”. Após a superação das barreiras para a admissão aos tribunais e às carreiras jurídicas, há um novo obstáculo a ser enfrentado que consiste na segurança que o cidadão pode ter de que tanto os juízes quanto advogados estão preparados para fazer “justiça<sup>27</sup>”. Ele ressalta a importância de se conciliar as tensões entre a manutenção da qualidade da justiça e de seu acesso, e destaca o relevante papel das faculdades de direito na formação de profissionais comprometidos com os direitos humanos, em fazer justiça e não apenas interessados no lucro.

Para superar as dificuldades apontadas na denominada quarta onda, o autor defende o acesso dos cidadãos excluídos e de grupos de minoria no curso de direito e à carreira jurídica. Sobre a qualidade do serviço prestado pelos operadores do direito propõe um comprometimento das faculdades de ensino jurídico em valorizar a disciplina

---

<sup>23</sup> Ibidem, p. 64.

<sup>24</sup> ECONOMIDES, Kim (ed.). *Ethical challenges to legal education and conduct* (Oxford, Hart, 1998). In: ECONOMIDES, KIM. *Op. Cit.* p. 72

<sup>25</sup> Rajeev Dhavan et alii (eds.), *Access to legal education and the legal profession* (London, Butterworths, 1989). Ver também Sheila Dziobon, *The feminization of the Judiciary in England and Wales*. Trabalho apresentado no seminário internacional *A Mulher na Magistratura*, Rio de Janeiro, ago. 1996; Eliane Junqueira et alii. *Juízes: retrato em preto e branco* (Rio de Janeiro, LetraCapital, 1997). In: ECONOMIDES, Kim, *Op. Cit.* p. 73

<sup>26</sup> ECONOMIDES, Kim. *Op. Cit.*, p. 73

<sup>27</sup> Idem, p. 67

de direitos humanos, visando formar profissionais compromissados em promover justiça; e maior fiscalização dos prestadores de serviços judiciais, principalmente aos que exercem a profissão de advogado. Destaca que as declarações acolhidas por estes profissionais nos estatutos e código de ética como o da Ordem dos Advogados do Brasil na fiscalização da conduta dos advogados e o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público, que fiscalizam respectivamente a magistratura e a promotoria de justiça são um ponto de partida para a efetividade do acesso à Justiça.

As ondas renovatórias apresentadas por Cappelletti, Garth e Economides são fundamentais para o estudo do direito de acesso à justiça. O aprofundamento e a dedicação em suas pesquisas sobre o tema permitiram a identificação de inúmeros obstáculos que devem ser superados, colaborando para o surgimento de várias iniciativas que visam promover a democratização do acesso à justiça, de tal modo que ela possa ser alcançada por todas as pessoas que nela depositam sua confiança em busca da efetivação de um direito.

É importante destacar que apesar do primoroso trabalho realizado pelos autores citados, o tema não se encontra exaurido e, portanto, continua sendo tema de novos debates que buscam complementar os estudos iniciados pelo Projeto Florença.

### **1.3\_ O acesso à justiça e os direitos humanos.**

O direito de acesso à justiça, também conhecido como Princípio da Inafastabilidade de prestação jurisdicional, foi elevado a uma prerrogativa de Direitos Humanos na Primeira Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos (1969). Em seu artigo 8º declara que:

"Toda pessoa tem direito de ser ouvida, com as garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal contra ela, ou para que se determinem seus direitos ou obrigações de natureza civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer natureza".

Os direitos humanos são definidos por Ramos como um conjunto de direitos considerado indispensável para uma vida humana pautada na liberdade, igualdade e dignidade. Direitos que são essenciais e indispensáveis à vida digna<sup>28</sup>. Câmara os define como instituições jurídicas de defesa da dignidade humana contra a violência, o aviltamento, a exploração e a miséria. Cita que essas instituições jurídicas estão destinadas a tutelar, de forma efetiva, a dignidade do ser humano<sup>29</sup>. Esses direitos representam valores essenciais que são explicitamente ou implicitamente retratados nas Constituições ou nos tratados internacionais. A fundamentalidade desses direitos pode ser formal, quando inscritos no rol de direitos protegidos nas Constituições e tratados, ou pode ser material, quando mesmo não expresso for considerado parte integrante dos direitos humanos essenciais à promoção da dignidade humana. Os direitos humanos são caracterizados pela universalidade, essencialidade, superioridade normativa (preferenciabilidade) e reciprocidade.

A universalidade incide no reconhecimento de que os direitos humanos são direitos de todos, superando a ideia de que somente os privilegiados são titulares de direitos. A essencialidade consiste na ideia de que os direitos humanos são valores indispensáveis e que devem ser protegidos por todos. A superioridade normativa dos direitos humanos não admite o sacrifício de um direito essencial para atender as “razões de Estado”; são direitos que possuem preferências preestabelecidas que, diante de outras normas, deverão prevalecer. A reciprocidade une toda a comunidade humana, seja na titularidade (são direitos de todos) ou na sujeição passiva; o dever de proteção de direitos humanos não cabe somente ao Estado, mas também à coletividade como um todo. Ramos destaca que “essas quatro ideias tornam os direitos humanos como vetores de uma sociedade humana pautada na *igualdade e na ponderação dos interesses de todos* (e não somente de alguns)”<sup>30</sup>. Em uma sociedade que valoriza os direitos humanos e tem como um dos seus principais objetivos a sua efetividade deve haver o reconhecimento de que o primeiro direito de todo indivíduo *é o direito a ter direitos*, tal como defendido por Hannah Arendt e Celso Lafer ao declararem que o primeiro direito humano, do qual derivam todos os demais, é o direito a ter direitos<sup>31</sup>. No entanto, apesar da existência de um rol de direitos assegurados pela Constituição, grande parte só são efetivados por meio

---

<sup>28</sup>RAMOS, André de Carvalho. **Curso de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2014. p. .27

<sup>29</sup>CÂMARA, Alexandre Freitas. Op. Cit. p. 1.

<sup>30</sup>Idem p.28.

<sup>31</sup> LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

de ajuizamento de ações, evidenciando ainda mais a importância do direito de acesso à justiça para a construção de uma sociedade justa e igualitária, tal como preconizado pela Carta Magna.

A doutrina costuma estabelecer uma distinção entre direitos humanos e direitos fundamentais<sup>32</sup>. De acordo com essa distinção, os direitos humanos são exigíveis universalmente, por serem inerentes à condição humana, independentemente de qualquer circunstância. Já os direitos fundamentais são os direitos humanos positivados em um Estado, no qual as autoridades competentes têm a função de editar normas jurídicas internas e recepcionar os direitos provenientes dos tratados internacionais em matéria de direitos humanos. Atualmente, o entendimento dominante é que as normas internacionais de direitos humanos estão acima do ordenamento jurídico de cada Estado. A Constituição Brasileira assegura que os direitos humanos reconhecidos em tratados e convenções internacionais têm nível constitucional, desde que sejam aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros (art. 5º, § 3, CF). Sobre a existência de conflitos entre direitos humanos de norma interna e norma internacional vai se consolidando a tese de que deve prevalecer a regra mais favorável ao sujeito de direito, em virtude da dignidade da pessoa humana ser o valor maior de todo sistema jurídico<sup>33</sup>. Na II Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena, em 1993, foi declarado que

a comunidade internacional deve considerar os direitos humanos, globalmente, de modo justo e equitativo, com o mesmo fundamento e a mesma ênfase. Levando em conta a importância das particularidades nacionais e regionais, bem como os diferentes elementos de base históricos, culturais e religiosos, é dever dos Estados, independentemente de seus sistemas políticos, econômicos e culturais, promover e proteger todos os direitos humanos e as liberdades fundamentais<sup>34</sup>.

Entre os direitos humanos reconhecidos em diversas constituições e declarações internacionais encontra-se o direito de acesso à justiça. Esse direito, tal como

---

<sup>32</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. Op. Cit. p. 1.

<sup>33</sup> Idem. p.1.

<sup>34</sup> DECLARAÇÃO e Programa de Ação de Viena. Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, Viena. 14-25 de junho de 1993. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1993%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20Ac%C3%A7%C3%A3o%20adoptado%20pela%20Confer%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20de%20Viena%20so%20bre%20Direitos%20Humanos%20em%20junho%20de%201993.pdf> Acesso em: 12 ago. 2019.

preconizado por Cappelletti deve ser encarado como o requisito fundamental, o mais básico dos direitos humanos, de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretenda garantir, e não apenas proclamar os direitos de todos<sup>35</sup>.

#### **1.4\_ O acesso à justiça e os obstáculos para sua efetividade no Brasil.**

No Brasil, as pesquisas sobre o acesso à Justiça se intensificaram no final da década de 1980, com a abertura política e a redemocratização. Inicialmente, é possível imaginar que o interesse dos pesquisadores brasileiros em estudar esse tema nesse período possui alguma relação com o movimento de Acesso à Justiça, que havia começado na década de 70 em diversos países do mundo, motivados pelo Projeto Florença, mencionado anteriormente. No entanto, a análise das primeiras pesquisas brasileiras realizadas nessa época demonstra que nelas não havia menção ao referido Projeto e que ao contrário do que acontecia nos demais países, principalmente nos países centrais, a principal preocupação não era com a necessidade de se tornarem efetivos os novos direitos conquistados pelas “minorias” étnicas e sexuais, adquiridas principalmente a partir dos anos 60, mas sim a própria necessidade de se expandirem para a população direitos básicos aos quais a maioria não tinha acesso tanto em função da tradição liberal-individualista do ordenamento jurídico brasileiro, como em decorrência da histórica marginalização socioeconômicas dos setores subalternizados e da exclusão político-jurídica provocada pelo regime pós-64<sup>36</sup>.

Enquanto nos países centrais, as discussões sobre esse tema eram provocadas pela crise de bem-estar social, no Brasil eram provocadas pela exclusão da maioria da população de direitos sociais básicos, entre os quais o direito à moradia e à saúde. Diante dessa situação, a democratização do acesso tornou-se uma das principais preocupações dos pesquisadores do direito. Segundo Boaventura Santos, a democratização do acesso consiste em uma

---

<sup>35</sup> CAPPELLETTI, Mauro e GARTH, Bryant. Op. Cit. p. 12.

<sup>36</sup> JUNQUEIRA, Eliane Botelho. Acesso à Justiça: um olhar retrospectivo. **Revista Estudos Históricos**, n. 18 – **Justiça e Cidadania**. São Paulo: CPDOC/FGV, 1996-18. p. 390.



nova concepção do acesso ao direito e à justiça. Na concepção convencional busca-se o acesso a algo que já existe e não muda em consequência do acesso. Ao contrário, na concepção [de democratização] [...], o acesso irá mudar a justiça a que se tem acesso<sup>37</sup>.

A Constituição Federal de 1988, constituída por princípios democráticos, prevê o acesso à justiça como um direito fundamental. Essa previsão é muito importante para o avanço à democratização do acesso, no entanto, apesar de estar presente no texto constitucional, ele ainda encontra inúmeros obstáculos para sua efetividade. Dentre as inúmeras barreiras a serem enfrentadas para que o *acesso à ordem jurídica justa* seja concretizado, podemos citar as causas econômicas (custas processuais e honorários advocatícios); sociais (baixo nível de conhecimento dos direitos previstos no ordenamento jurídico, o ambiente formal e intimidador dos tribunais); jurídicas (legislação contraditória e inespecífica); psíquicas (medo e desconfiança em relação aos advogados e ao sistema judiciário) e até mesmo a postura de alguns operadores do direito, como juízes, advogados e servidores públicos que atuam nos tribunais. A junção desses fatores contribui para que, principalmente as camadas mais carentes da nossa sociedade continuem sofrendo injustiças e não reivindiquem seus direitos perante o Poder Judiciário. Sobre esse tema, José Afonso da Silva menciona:

Formalmente, a igualdade perante a Justiça está assegurada pela Constituição, desde a garantia de acessibilidade a ela (art. 5º, XXXV). Mas realmente essa igualdade não existe, “pois está bem claro hoje, que tratar “como igual” a sujeitos que econômica e socialmente estão em desvantagem, não é outra coisa senão uma ulterior forma de desigualdade e de injustiça. Os pobres têm acesso muito precário à Justiça<sup>38</sup>.

O acesso à justiça sempre esteve relacionado à ideia de custo, ao fator econômico. Esses custos acabam tornando-se barreiras que dificultam e muitas vezes desestimulam ou até mesmo inviabilizam o acesso ao Poder Judiciário. Em um país marcado pela desigualdade social e econômica, não é de se surpreender que um dos principais motivos que inviabilizam a efetivação do acesso à justiça seja a questão econômica. Atualmente, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e

---

<sup>37</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da justiça**. São Paulo: Cortez, 2007. 120 p. (Coleção questões da nossa época, v. 134), p.33.

<sup>38</sup> SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 1998. p.23.

Estatística), o índice de desempregados no Brasil é de 11,8%<sup>39</sup> e atinge 12,5 milhões de pessoas. Além do alto índice de desempregados, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgados em 2017, menciona que metade dos trabalhadores brasileiros tem, em média, a renda mensal de 19,5% abaixo do salário mínimo. Esse número é resultante de pessoas que trabalham de maneira informal ou por conta própria. Em 2018, a renda domiciliar per capita no Brasil foi de R\$ 1.373,00<sup>40</sup>.

Os números citados acima evidenciam o estado de pobreza em que grande parcela da população brasileira se encontra. Obviamente que diante de poucos recursos que muitas vezes sequer supre a necessidade de uma boa alimentação, não sobraría recurso algum para custear um processo judicial. Em 1950, visando promover o acesso de pessoas sem condições financeiras para o pagamento das custas e despesas judiciais, foi criada a Lei nº 1.060 que estabelecia normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados. Em seu artigo 2º, § Único, revogado pela Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil), considerava necessitado *todo aquele cuja situação econômica não lhe permitisse pagar as custas do processo e os honorários de advogados sem prejuízo do sustento próprio ou da família*. Sua promulgação foi muito importante para permitir que mais parcelas da sociedade tivessem seus direitos reconhecidos e concretizados. Contudo, apesar de ao longo dos anos terem ocorrido vários avanços na legislação brasileira, como a Lei de Assistência Judiciária, citada acima, os serviços prestados pela Defensoria Pública da União e dos Estados (art. 133 a 135 da CF/88) e, por fim, os Juizados Especiais (Lei 9.099/95 e 10.259/01), para democratizar o acesso da população ao Poder Judiciário e tornar mais célere a apreciação das demandas judiciais, independente de seus recursos financeiros, a questão econômica e suas consequências, ainda continua sendo um dos grandes obstáculos que precisa ser superado para que de fato todos tenham acesso à justiça e possam viver dignamente.

Nos anos 60, nos Estados Unidos, Carlin e Howard identificaram quatro estágios fundamentais pelos quais os cidadãos têm de passar antes de ingressarem de fato nos tribunais:

---

<sup>39</sup> Taxa de desocupação no trimestre (encerrado em setembro de 2019). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=desemprego&searchphrase=all>>. Acesso em: 04 nov. 2019.

<sup>40</sup> IBGE DIVULGA O RENDIMENTO DOMICILIAR PER CAPITA 2018. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23852-ibge-divulga-o-rendimento-domiciliar-per-capita-2018>>. Acesso em: 04 nov. 2019.

A falta de recursos econômicos representa apenas um dos elementos de um processo social complexo que leva um indivíduo a procurar e obter representação jurídica. Pelo menos quatro estágios estão envolvidos: a consciência, ou o reconhecimento de que determinado problema é um problema jurídico; 2) a vontade de iniciar ação judicial para solucioná-lo; 3) a procura de um advogado; e, 4) a sua contratação efetiva<sup>41</sup>.

Como podemos observar na citação acima, uma das etapas para ajuizar uma ação consiste no reconhecimento de que determinado problema é um problema jurídico. Em um país, cuja taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais de idade é de 6,8%<sup>42</sup>, ou seja, 11, 3 milhões de pessoas que ainda não sabem ler ou escrever, não é surpreendente que muitas pessoas desconheçam a existência de um direito juridicamente exigível, e mesmo aqueles que têm conhecimento das leis não possuem conhecimento jurídico para exigir sua aplicabilidade ou os procedimentos necessários para reparar um direito lesado ou impedir, preventivamente, que a ameaça a um direito seja concretizado. Segundo Capelletti:

Na medida em que o conhecimento daquilo que está disponível constitui pré-requisito da solução do problema da necessidade jurídica não atendida, é preciso fazer muito mais para aumentar o grau de conhecimento do público a respeito dos meios disponíveis e de como utilizá-los<sup>43</sup>.

Além da carência da educação formal, podemos citar como algumas causas que contribuem para o baixo nível de conhecimento dos direitos previstos no ordenamento, a legislação contraditória, inespecífica e esparsa, e a frequente alteração nas leis.

O ambiente formal dos tribunais também é um dos fatores que desestimulam o acesso à justiça. O sistema judiciário brasileiro apresenta características do modelo tecnoburocrático. Neste modelo, a seleção do magistrado ocorre por meio de concurso de provas e exame de títulos, em busca de garantir um melhor nível técnico e na execução da sua gestão administrativa apresenta a estrutura hierárquica, que corresponde a uma das

---

<sup>41</sup> J. Carlin & J. Howard, Legal representation and class justice. In: ECONOMIDES, Kim. Op. Cit. p. 65.

<sup>42</sup> Brasil ainda tem 11, 3 milhões de analfabetos. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/brasil-ainda-tem-113-milhoes-de-analfabetos-23745356>. Acesso em 04 nov. 2019.

<sup>43</sup> CAPPELLETTI, Mauro e GARTH, Bryant. Op. Cit. p. 23.

características do sistema burocrático. Para Max Weber, considerado um dos fundadores da sociologia moderna, a burocracia é um tipo ideal de organização que se realiza na base do “saber profissional especializado”. O modelo burocrático consiste numa forma de organização humana baseada na racionalidade, ou seja, na adequação dos meios aos objetivos pretendidos, com a finalidade de garantir a máxima eficiência possível no alcance desses objetivos. Precisão, impessoalidade, conhecimento da documentação, continuidade, discrição e uniformidade são fundamentais nessa estrutura<sup>44</sup>. Esse modelo tem como um dos seus elementos caracterizadores a formalidade, uma vez que regras, decisões e ações administrativas devem ser formuladas e registradas por escrito<sup>45</sup>. A formalidade tem como objetivo a busca pela eficiência, no entanto, quando a formalidade é excessiva nos tribunais costuma intimidar as pessoas mais simples, pois o ambiente formal e a linguagem utilizada pelos juristas lhes provocam um sentimento de insegurança, de não pertencimento ao lugar, por não estarem habituados com os costumes próprios do meio jurídico.

A postura de alguns operadores do sistema legal, como juízes, promotores, defensores, advogados, oficiais de cartório e policiais, também contribuem para a falta de concretização do direito fundamental do acesso à justiça. Não é raro acontecer de um cidadão em busca pelo amparo da justiça encontrar dificuldades para alcançá-la, seja em razão do custo cobrado pelos advogados, o desinteresse dos mesmos pelas causas simples que propiciam pequenos lucros, a falta de empatia dos juízes e dos demais servidores do judiciário àqueles que não são do ramo do direito e até mesmo o atendimento hostil nas delegacias policiais. Diante de tantos impedimentos, parte da população perde a confiança na justiça e sequer inicia ou dá prosseguimento a uma ação judicial para requerer seus direitos.

Em países como Brasil, marcado pela desigualdade social, é fundamental a expansão da oferta, a melhoria da qualidade e da eficiência, e a redução dos custos dos serviços judiciais, para que se tornem efetivamente acessíveis, principalmente às pessoas de baixa renda, contribuindo para reduzir o fosso existente entre a justiça e a população. Esse entendimento tem adquirido adeptos até mesmo entre os magistrados, resultando em movimentos como o direito alternativo, no qual alguns juízes defendem a

---

<sup>44</sup> WEBER, Max. Burocracia. In: **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1982. p. 229-282.

<sup>45</sup> DONATO, Verônica Chaves Carneiro. **O Poder Judiciário no Brasil: Estruturas, críticas e controle**. Fortaleza, 2006. Tese de mestrado.

necessidade de que a justiça se volte para a defesa dos segmentos sociais inferiores, ou associações como a dos Juízes para a Democracia. Ele serviu de base para a criação de um órgão de assistência judiciária como a Defensoria Pública, e de instancias mais ágeis, informais e isentas de custos, como os juizados de pequenas causas, atualmente substituídos pelos juizados especiais cíveis e criminais.<sup>46</sup>

Conforme podemos observar, inúmeras iniciativas têm sido tomadas em favor da democratização da justiça no Brasil, porém é importante destacar que a simples abertura institucional e a ampliação por si só, da oferta de serviços judiciários, não são suficientes para que grande parte da população vulnerável reconheça e se aproprie dos direitos e dos mecanismos disponíveis para garanti-los<sup>47</sup>. Além disso, para que os menos favorecidos tenham acesso à Justiça é fundamental que a crença na justiça, nas instituições jurídicas e nos operadores de direito seja recuperada. E ela só será restaurada quando de fato alcançar a todos, independentemente da classe econômica, da cor da pele, do nível de instrução ou do local de residência; visto que historicamente a desigualdade social só tem contribuído para sedimentar a ideia de que a justiça é para poucos. Para superar essa descrença e os demais obstáculos citados é necessário que para além das medidas já adotadas, haja mais investimentos na educação, maior divulgação dos direitos, amplas campanhas de conscientização e mudanças nas posturas dos operadores de direito, pois somente assim o direito fundamental de acesso à justiça poderá ser efetivado.

### **1.5\_ A Constituição Brasileira de 1988 e o direito à justiça gratuita.**

O direito à justiça gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos está previsto explicitamente na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no Título II, Dos Direitos e Garantias Fundamentais, em seu artigo 5º, inciso XXXV. Previsto como uma garantia fundamental, esse direito tem aplicação imediata, conforme o art. 5º, § 1º da Constituição Federal, não necessitando de uma regulamentação para sua efetivação. Protegido pela cláusula pétrea, no art. 60, § 4º, inciso IV, CF, o direito constitucional à gratuidade de justiça não pode ser abolido e por possuir hierarquia

---

<sup>46</sup> GRYNSZPAN, Mario. Acesso e recurso à justiça no Brasil: algumas questões. In: PANDOLFI, Dulce. **Cidadania, justiça e violência**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 101.

<sup>47</sup> Idem. p. 102.

constitucional, uma lei que tenha como objetivo impedir ou dificultar desproporcionalmente sua efetivação deverá ser considerada inconstitucional<sup>48</sup>.

Os direitos e garantias fundamentais são essenciais para a construção da dignidade do homem. José Afonso da Silva menciona que os direitos fundamentais são logrados como consequência de uma sociedade livre, justa e solidária, que tem, como luz fundamental que irradia para todos os movimentos de uma sociedade, a busca pela dignidade da pessoa humana<sup>49</sup>. Ao homem, não basta sua mera existência, é necessário que tenha uma existência digna e para conferir essa dignidade preconizada pela nossa Constituição que os direitos fundamentais existem. Em busca da efetivação desse princípio basilar é imprescindível que todos os integrantes da sociedade, os legisladores, os administradores e os julgadores ao realizarem suas ações tenham sempre como intuito conferir uma vida digna ao homem, buscando identificar e realizar tudo aquilo que for necessário para sua concretização.

A Constituição Brasileira, conhecida como a Constituição Cidadã, atualmente é uma das mais avançadas no que se refere à declaração de direitos. No entanto, na vida em sociedade não basta apenas sua declaração, é necessária sua efetivação. O indivíduo frequentemente tem seus direitos lesados e até mesmo suprimidos, pela ação de seus pares, pela omissão ou atuação do Estado. Devido a essa situação, quase sempre se faz necessário ajuizar demandas perante o Judiciário para efetivá-los. Em razão disso, a constitucionalização do direito à gratuidade como garantia fundamental foi um passo muito importante para ampliar o acesso à justiça e permitir que mais pessoas, principalmente os mais pobres, conseguissem reivindicar seus direitos. No entanto, apesar desse avanço, ainda há muito para ser feito para que o acesso à justiça seja alcançado por todos aqueles que dela necessitam.

## 1.6\_ O acesso e a gratuidade na Justiça do Trabalho.

---

<sup>48</sup> CAPELARI, Rogério Sato. Direitos Fundamentais e de acesso à ordem jurídica justa: A proporcionalidade como meio de sua efetivação. In: **A Constitucionalização do direito: seus reflexos e o acesso à Justiça**. JUCÁ, Francisco Pedro; ISHIKAWA, Lauro (org.). 1ª ed. São Paulo: Boreal Editora, 2015. p.134.

<sup>49</sup> SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. In: **A Constitucionalização do direito: seus reflexos e o acesso à Justiça**. JUCÁ, Francisco Pedro; ISHIKAWA, Lauro (org.). 1ª ed. São Paulo: Boreal Editora, 2015. p.135.

A Justiça do Trabalho surgiu como consequência do surgimento do Direito do Trabalho e do grande número de conflitos trabalhistas.

Os primeiros órgãos da Justiça do Trabalho, criados na França e na Itália, para solucionar conflitos trabalhistas foram, eminentemente, de conciliação. Para decidir as questões trabalhistas eram combinadas técnicas autodefensivas, autocompositivas e órgãos de conciliação, que eram utilizadas por empregados e empregadores em uma época em que havia a omissão do Estado perante essas questões<sup>50</sup>.

No Brasil, os primeiros órgãos da Justiça do Trabalho destinados à solução de conflitos trabalhistas foram os Tribunais Rurais, em 1922. Surgidos em São Paulo, eram compostos pelo Juiz de Direito da Comarca, um representante dos trabalhadores e outro, dos fazendeiros. Em 1932, foram criadas como órgãos administrativos vinculados ao poder executivo, as Juntas de Conciliação e Julgamento e as Comissões Mistas de Conciliação. Nesse período, somente os empregados sindicalizados tinham o direito de ação. As decisões proferidas por esses órgãos valiam como título de dívida líquida e certa para execução judicial<sup>51</sup>.

Em 1934, durante o governo de Getúlio Vargas, foi promulgada a Constituição que instituía a Justiça do Trabalho no Brasil. Em seu art. 122 menciona que sua criação tinha como objetivo “dirimir questões entre empregadores e empregados”. A fase de consolidação teve início com a efetiva organização e instalação da Justiça do Trabalho, em 1941. Criada no âmbito do Poder Executivo, ela foi integrada ao Poder Judiciário pela Constituição de 1946 e seguiu sendo confirmada pelas Constituições posteriores da história brasileira<sup>52</sup>. Recentemente, a Emenda Constitucional nº 45 de 2004 promoveu uma ampliação em sua competência, prevista no artigo 114. Tornando-a competente para julgar “as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de Direito Público externo e da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”. No entanto, segundo o entendimento do Supremo Tribunal

---

<sup>50</sup> NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito processual do trabalho. In: SCHIAVI, Mauro. **Manual de direito processual do trabalho**: de acordo com a reforma trabalhista. 13ª Ed. São Paulo: LTr, 2018. p.191-192

<sup>51</sup> SCHIAVI, Mauro. Op. Cit. p. 193

<sup>52</sup> HISTÓRIA da Justiça do Trabalho. **Tribunal Superior do Trabalho**. Disponível em: < <http://www.tst.jus.br/historia-da-justica-do-trabalho> >. Acesso em 07 out. 2019.

Federal, excetuam-se de sua competência as causas relativas aos servidores públicos estatutários e aos servidores temporários.

Um dos grandes desafios da Justiça do Trabalho, não somente no Brasil, mas em todos os países em que ela se faz presente, é promover justiça nas relações de trabalho. O processo do trabalho surgiu como um instrumento para promovê-la. Segundo Nascimento

Direito Processual do Trabalho é o ramo do direito processual destinado à solução judicial dos conflitos trabalhistas. As normas jurídicas nem sempre são cumpridas espontaneamente, daí a necessidade de se pretender, perante os tribunais, o seu cumprimento, sem o que a ordem jurídica tornar-se-ia um caos. A atuação dos tribunais também é ordenada pelo direito, mediante leis coordenadas num sistema, destinadas a determinar a estrutura e o funcionamento dos órgãos do Estado, aos quais é conferida a função de resolver os litígios ocorridos na sociedade, bem como os atos que podem ser praticados não só por esses órgãos, mas também pelas partes do litígio. O direito processual tem por finalidade principal evitar, portanto, a desordem e garantir aos litigantes um pronunciamento do Estado para resolver a pendência e impor a decisão<sup>53</sup>.

O Direito Processual do Trabalho foi estruturado para facilitar o acesso do trabalhador à justiça. Ele tem como função precípua solucionar os conflitos trabalhistas, tendo em vista garantir os valores sociais do trabalho, a composição justa do conflito derivado das relações de trabalho, e resguardar a dignidade da pessoa humana do trabalhador. Seus principais objetivos são: assegurar o acesso do trabalhador à Justiça do Trabalho; impulsionar o cumprimento da legislação trabalhista e da social; e dirimir, com justiça, o conflito trabalhista<sup>54</sup>. Todavia, é importante destacar o caráter ambíguo do ordenamento justtrabalhista, pois se por um lado protege o trabalhador, por outro, chancela e regula o mecanismo básico de funcionamento do capitalismo: a venda da força de trabalho. Ele é essencial tanto para o trabalhador quanto para àqueles que detêm o capital. Sua função capitalista se evidencia pelas vantagens que proporciona ao empregador, tais como a previsibilidade, a planificação da concorrência e a fixação do mercado consumidor<sup>55</sup>. Sobre a orientação capitalista do Direito do Trabalho, Wilson Ramos Filho afirma que ele atribui aos empregadores “o direito de subordinar e de perenizar a relação

---

<sup>53</sup> NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito Processual do Trabalho. In: SCHIAVI, Mauro. Op. Cit. p. 119

<sup>54</sup> SCHIAVI, Mauro. Op. Cit. p. 121.

<sup>55</sup> ALVES, Amauri, Cesar. **Função Capitalista do Direito do Trabalho no Brasil**. Revista LTr., ano 77, setembro de 2013. São Paulo: LTr., 2013.



social que permite a expropriação da mais-valia” e, em contrapartida, “assegura os direitos previstos na legislação social e trabalhista<sup>56</sup>.

Sujeito aos princípios constitucionais do processo e também dos princípios do Direito do Processo Civil, o Processo do Trabalho possui alguns princípios próprios destinados a facilitar ao trabalhador a defesa de seus direitos, o acesso à justiça, sem a burocracia da Justiça Comum.

Considerado por muitos como o princípio fundamental do Direito do Processo Trabalhista, o princípio protetor foi instituído para corrigir as desigualdades próprias das relações de trabalho. Couture afirma que ele tem por desígnio corrigir as desigualdades criando outras desigualdades para evitar que o litigante mais poderoso possa desviar e entorpecer os fins da Justiça<sup>57</sup>. Segundo Sergio Pinto Martins,

O verdadeiro princípio do processo do trabalho é o protecionista. Assim como no Direito do Trabalho, as regras são interpretadas mais favoravelmente ao empregado, em caso de dúvida, no processo do trabalho também vale o princípio protecionista, porém analisado sob o aspecto do direito instrumental<sup>58</sup>.

Além do princípio protetor, temos o princípio da informalidade que busca promover um sistema processual trabalhista menos burocrático, mais simples e mais ágil que o sistema do processo comum; o princípio da Conciliação que preza pela solução resultante das próprias partes envolvidas no conflito trabalhista; o princípio da celeridade que objetiva dar agilidade à causa trabalhista, uma vez que o trabalhador requer um crédito de natureza alimentar; o princípio da simplicidade que tem por objetivo simplificar e tornar menos burocrático o Processo do Trabalho e o princípio da oralidade que preza pela primazia da palavra visando simplificar o procedimento processual<sup>59</sup>.

A Organização Internacional do Trabalho – OIT, fundada em 1919, propõe aos Estados membros a adoção de medidas para garantir o acesso a procedimentos previstos em normas coletivas, arbitragens, tribunais do trabalho ou em qualquer outro procedimento apropriado, levando em conta as condições nacionais (art. 17 da

---

<sup>56</sup> FILHO, Wilson Ramos. **Marxismo e política:** as classes sociais e o direito. Revista do Curso de Direito UNIFACS, n. 151, 2013.

<sup>57</sup> NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Op. Cit. p. 123

<sup>58</sup> MARTINS, Sergio Pinto. Direito processual do trabalho. In: SCHIAVI, Mauro. Op. Cit. p. 123

<sup>59</sup> SCHIAVI, Mauro. Op. Cit. p 128-139

Recomendação nº 130)<sup>60</sup> e estabelece que *o trabalhador que considerar injustificado o término de sua relação de trabalho terá o direito de recorrer contra o mesmo perante um organismo neutro, como, por exemplo, um tribunal, um tribunal do trabalho, uma junta de arbitragem ou um árbitro*<sup>61</sup>. Para facilitar esse acesso, durante a 4ª Conferência dos Estados da América membros da OIT, realizada em Montevideu, em 1949, foi aprovada a seguinte resolução: *os serviços dos tribunais dos trabalho deveriam ser gratuitos*<sup>62</sup>.

No Brasil, em 1970, em conformidade com as determinações da OIT, foi criada a Lei nº 5.584 para dispor sobre normas de Direito Processual do Trabalho. Sobre a assistência judiciária (prevista na Lei 1.060/1950), prevê que ela será prestada pelo Sindicato da categoria profissional a que pertencer o trabalhador, ainda que não seja associado, quando ele *perceber salário igual ou inferior ao dobro do mínimo legal, ficando assegurando igual benefício ao trabalhador de maior salário, uma vez provado que sua situação econômica não lhe permite demandar, sem prejuízo do sustento próprio ou da família* (art.14, § 3º e art. 18).

Em 2002, a Lei 10.537 alterou o artigo 790, § 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Com a nova redação, que somente seria modificada com a aprovação da Lei 13.467/2017, conhecida como a Lei da Reforma Trabalhista, o benefício da justiça gratuita poderia ser concedido pelos juízes àqueles que recebessem salário igual ou inferior ao dobro do mínimo legal, ou declarassem que não tinham condições de pagar as custas do processo sem prejuízo do seu próprio sustento ou de sua família.

A questão econômica, já mencionada anteriormente, é sem dúvida uma das principais barreiras ao acesso à justiça, sendo uma das principais responsáveis pela desigualdade das partes no processo trabalhista. Sobre a desigualdade econômica no processo, Cappelletti assegura:

A conjugação entre fator tempo e fator custas não afeta a todos os litigantes de maneira idêntica. A demora, além de aumentar o custo para as partes, pressionava o economicamente mais fraco a desistir da causa em andamento, ou por outro lado, a

---

<sup>60</sup> LIMA, Leonardo Tibo Barbosa. **Justiça do Trabalho: história, importância e desafios**. Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/60059/justica-do-trabalho-historia-importancia-e-desafios> >. Acesso em 15 out. 2019.

<sup>61</sup> CONVENÇÃO 158 DA OIT. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/dl/convencao-oit-158.pdf> >. Acesso em: 15 nov. 2019.

<sup>62</sup> LIMA, Leonardo Tibo Barbosa. Op. Cit.

aceitar acordos que embora em desvantagem ao seu direito, resolviam de forma mais rápida a ação<sup>63</sup>.

O legislador, tendo como objetivo superar a barreira econômica e viabilizar tanto o acesso do trabalhador que necessita recorrer à Justiça para concretizar seus direitos, quanto ao empregador que for parte em um processo do trabalho, incluiu na legislação trabalhista o *jus postulandi*. Previsto no artigo 791 da CLT, o *jus postulandi* confere à própria parte a capacidade de postular em juízo na Justiça do Trabalho. A Súmula nº 425 do Tribunal Superior do Trabalho expressa uma limitação à essa capacidade das partes, ao mencionar que o *jus postulandi* não alcança a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.

À primeira vista, essa previsão pode causar a impressão de ser muito benéfica ao trabalhador, principalmente àqueles que não possuem condições econômicas para contratar um advogado. No entanto, se considerarmos a complexidade do Direito Material do Trabalho e do Processo do Trabalho constataremos que ao invés de favorecê-lo, pode até mesmo colocá-lo em uma situação de desvantagem perante os litigantes habituais que desfrutam de enormes vantagens nos processos legais. Marc Galanter, em “Direito e sociedade”, analisou a distinção entre o litigante habitual e o litigante eventual. Ele contrapôs os litigantes habituais, organizações ou demandantes comerciais com experiência regular do sistema judiciário, capazes de posicioná-los estrategicamente, aos litigantes não eventuais, geralmente indivíduos que possuem pouca, ou nenhuma, experiência regular da justiça e dos serviços jurídicos. Constatou que a ausência de “competência legal”, ou seja, a habilidade de aplicar compreensão estratégica, conhecimento tático, questão mais do que o mero controle dos recursos financeiros, dos litigantes eventuais em defesa de seus direitos contribui para o aumento da desigualdade da justiça<sup>64</sup>. José Afonso da Silva, em “Curso de Direito constitucional positivo, cita:

a dramática questão da desigualdade da justiça, consiste precisamente na desigualdade de condições materiais entre litigantes, que causam profunda injustiça àqueles que,

---

<sup>63</sup> CAPPELLETTI, Mauro e GARTH, Bryant. Op. Cit. p. 7

<sup>64</sup> GALANTER, Marc. Why the “haves” come out ahead: speculation on the limits of legal change. In: ECONOMIDES, Kim. Op. Cit. p 63

“defrontando-se com litigantes afortunados e poderosos, ficam na impossibilidade de exercer seu direito de ação e de defesa assegurados na Constituição<sup>65</sup>.”

Dentre as vantagens que a capacidade financeira e o conhecimento jurídico podem proporcionar àqueles que têm habitualidade em litigar em relação à parte contrária podemos mencionar: a habitualidade com o ambiente do Poder Judiciário, a economia de escala, a oportunidade de desenvolver relações informais com o funcionalismo público, a diluição do risco, o teste de algumas “estratégias jurídicas” e o melhor planejamento do desenvolvimento do litígio em razão das experiências pretéritas<sup>66</sup>.

Embora ainda exista a desigualdade de justiça, é inegável os excelentes resultados obtidos na justiça do trabalho em decorrência das medidas adotadas para promover a democratização da justiça, facilitar o acesso e torná-la efetiva. Esse resultado positivo reflete na aquisição de confiança da população na justiça. E essa confiança é uma das condições básicas para que o indivíduo a procure quando se sentir injustiçado. Ela é necessária para que as pessoas, principalmente as menos favorecidas, recorram-na para garantir os seus direitos, para resolver os seus conflitos.

Os dados obtidos com a pesquisa “Lei, justiça e cidadania”, realizada pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), e pelo Instituto de Estudos da Religião (Iser), no ano de 1997, demonstram que o grau de confiança da população do Rio de Janeiro e de sua região metropolitana, em relação à Justiça do Trabalho é de média a alta, enquanto na justiça comum oscila entre média e baixa. A pesquisa apontou que a Justiça Trabalhista costuma ser bem-conceituada, principalmente por aqueles que a ela já recorreram, ao contrário do que ocorre com os que foram atendidos pela Justiça Comum. Dos entrevistados da pesquisa, a maior parcela já havia recorrido à Justiça do Trabalho, evidenciando que a confiança foi adquirida em virtude do acesso ao órgão jurisdicional<sup>67</sup>.

No ano de 2016, antes da aprovação da Lei da Reforma Trabalhista, foram ajuizadas 3.957.179 ações trabalhistas<sup>68</sup>. Esse número expressivo de ajuizamento de

---

<sup>65</sup> SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. In: SANTOS, Marialva de Sena. **Acesso à Justiça:** dever do estado e garantia da cidadania. Belém: Paka-tatu, 2007. p. 42.

<sup>66</sup> TORRES, Vivian A. Gregori. A face inexplorada do terceiro setor: instrumento de acesso à justiça. São Paulo: Plêiade, 2010. P 102.

<sup>67</sup> GRZYNSZPAN, Mario. Op. Cit. p.99-113

<sup>68</sup> JUSTIÇA DO TRABALHO – Movimentação processual por ano desde 1941. **Tribunal Superior do Trabalho**. Disponível em: <  
[http://www.tst.jus.br/web/guest/home?p\\_p\\_id=101&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_state=maximized&p\\_p\\_mode](http://www.tst.jus.br/web/guest/home?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode)

reclamações corrobora a tese apresentada pela pesquisa citada anteriormente, ou seja, de que as pessoas depositam na Justiça do Trabalho um alto grau de confiança. A grande quantidade de ajuizamento de ações até o ano de 2016, também revela que os mecanismos utilizados pela legislação processual do trabalho, como a facilitação da concessão de gratuidade, para promover o acesso do trabalhador à Justiça, proporcionou ao longo dos últimos anos resultados satisfatórios à maioria das pessoas que recorreram à Justiça Trabalhista, principalmente às pessoas mais vulneráveis da nossa sociedade, que não estão habituadas a reivindicar seus direitos por meio de uma ação judicial. Além disso, também expõe o elevado índice de violações patronais. A facilitação para se tornar beneficiário da gratuidade de justiça foi um elemento determinante para sua democratização. Entretanto, com as novas perspectivas políticas e econômicas, e as recentes mudanças na legislação que rege as relações de trabalho, paira a incerteza sobre a continuidade desse êxito.

Nem todos os setores da sociedade possuem simpatia pela democratização do acesso à justiça e consequentemente o aumento do ajuizamento de causas trabalhistas tornou-se alvo de críticas. Para os críticos não importa que a motivação de tantas reclamações seja decorrente do não reconhecimento e não cumprimento das leis trabalhistas pelos empregadores. Eles alegam que o aumento das reclamações na Justiça do Trabalho decorre da “banalização” da justiça trabalhista, do baixo custo de litigar, que contribui para o surgimento do que denominam “indústria de reclamações”. Inclusive, observaremos no próximo capítulo que esse foi um dos principais argumentos utilizados pelos defensores da Reforma Trabalhista para sua aprovação.

---

[=view& 101 struts action=%2Fasset\\_publisher%2Fview content& 101 assetEntryId=93106& 101 ty pe=content& 101 urlTitle=justica-do-trabalho-movimentacao-processual-por-ano-desde-1941& 101 redirect=http%3A%2F%2Fwww.tst.jus.br%2Fweb%2Fguest%2Fhome%3Fp\\_p\\_id%3D3%26p\\_p\\_lifecycle%3D0%26p\\_p\\_state%3Dmaximized%26p\\_p\\_mode%3Dview%26\\_3\\_advancedSearch%3Dfalse%26\\_3\\_groupId%3D0%26\\_3\\_keywords%3Dmovimentacao%2Bprocessual%26\\_3\\_delta%3D20%26\\_3\\_resetCur%3Dfalse%26\\_3\\_cur%3D1%26\\_3\\_struts action%3D%252Fsearch%252Fsearch%26\\_3\\_re direct%3D%252F%26\\_3\\_assetTagNames%3Dgr%25C3%25A1fico%26\\_3\\_andOperator%3Dtrue&inheri tRedirect=true](#) >. Acesso em: 17 out. 2019.

## CAPÍTULO II

### O TRATAMENTO DE ACESSO À JUSTIÇA NA REFORMA TRABALHISTA.

#### 2.1\_ Neoliberalismo: Base ideológica para a reforma trabalhista.

Para realizar uma análise sobre as recentes mudanças na legislação trabalhista no Brasil é fundamental compreender o conceito de neoliberalismo. Através do seu estudo é possível observar que tanto a redefinição das práticas e do pensamento político-econômico quanto as recentes reconfigurações do universo jurídico (regime de normas e teorias) têm sido realizadas para favorecer a liberdade dos atores do mercado global<sup>69</sup>.

A corrente neoliberal nasceu como uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar. De acordo com o historiador Perry Anderson, em *Balanco do Neoliberalismo*, seu texto de origem é o *Caminho da Servidão*, escrito em 1944 pelo economista Friedrich Hayek. Em sua obra, o economista considera uma ameaça letal à liberdade econômica e política qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado.

Em 1947, Hayek convocou para uma reunião na Suíça economistas e filósofos célebres que compartilhavam de sua orientação ideológica como por exemplo, Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, entre outros. Como resultado desse encontro formou-se a Sociedade de Mont Pèlerin, com reuniões internacionais a cada dois anos, que tinha como propósito combater o Keynesianismo e o solidarismo reinantes, e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de

---

<sup>69</sup> GONÇALVES, Guilherme Leite. **Marx está de volta!** Um chamado pela virada materialista no campo do direito. In: Revista Direito e Praxis, vol. 5, n 9, 2014. p. 306

regras para o futuro. Um dos principais argumentos defendidos pelos membros dessa Sociedade era de que o novo igualitarismo, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. Consideravam que a desigualdade era um valor positivo – na realidade imprescindível em si-, pois disso precisavam as sociedades ocidentais<sup>70</sup>.

As ideias defendidas por Hayek, que permaneceram na teoria durante mais ou menos 20 anos, ganharam espaço para sua implementação com a grande crise do modelo econômico do pós-guerra, provocada por dois choques do petróleo na década de 1970. Com uma longa e profunda recessão combinada com baixas taxas de crescimento, as ideias neoliberais passaram a ganhar força, principalmente após sua adoção pelos governos de Margareth Thatcher, na Inglaterra, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos da América. Perry Anderson menciona que para os defensores do neoliberalismo as raízes da crise estavam localizadas no poder excessivo dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicatórias sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais<sup>71</sup>.

Para resolver a crise econômica, os neoliberais propõem manter um Estado Forte, no que se refere à sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas moderado com todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. Defendem que a principal meta de qualquer governo deve ser a estabilidade monetária e que para atingi-la faz-se necessário uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Além disso, seria necessário realizar reformas fiscais para incentivar os agentes econômicos e retomar o curso normal da acumulação de capital e do livre mercado, próprios do capitalismo<sup>72</sup>.

Além da Inglaterra e dos Estados Unidos, a maioria dos países no norte da Europa, passaram a adotar o programa neoliberal, ainda que de modo mais cauteloso, à medida em que governos de direita eram eleitos. Até mesmo países como a França, que tinha um governo socialista no início da década de 80, adotaram uma política muito próxima à do neoliberalismo devido às pressões dos mercados financeiros internacionais.

---

<sup>70</sup> ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.10.

<sup>71</sup> Idem. p.10.

<sup>72</sup> Idem. p 10.

Na Austrália e na Nova Zelândia, embora fossem governadas por governos trabalhistas foram implementados programas de neoliberalismo radical, provocando de modo mais completo o desmonte do Estado de bem-estar. Como podemos observar, o neoliberalismo como ideologia alcançou uma hegemonia, não restringindo sua adoção somente pelos governos de direita, mas também pelos de esquerda, ainda que em alguns casos, de forma tímida.

Perry Anderson destaca que a primeira experiência neoliberal sistemática do mundo foi realizada na América Latina na década de 70, durante o período em que o Chile estava sob a ditadura militar de Augusto Pinochet que adotou o neoliberalismo em sua forma mais dura: desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos. Embora a ditadura no Chile fosse uma das mais cruéis instaladas no pós-guerra, o neoliberalismo chileno passou a ser admirado por vários economistas e governistas em virtude do crescimento econômico acelerado. Ele enfatiza que a ausência da democracia no Chile não constituía um problema para os adeptos das ideias neoliberais, pois para Hayek a democracia em si mesma jamais havia sido um valor central do neoliberalismo<sup>73</sup>.

O contexto atual no Chile, no qual várias manifestações têm sido realizadas ao longo de várias semanas, apesar da forte repressão por parte do Estado, sob o governo de Sebastián Piñera, com o propósito de demonstrar insatisfação com o modelo econômico adotado no país, que contribuiu para aumentar a desigualdade social, e principalmente a reivindicação pela aprovação de uma nova constituição<sup>74</sup> para pôr fim à atual constituição, herdada da ditadura de Pinochet, demonstra que o regime ditatorial foi fundamental para a implementação das ideias neoliberais nesse país.

O encontro de economistas de instituições financeiras como Fundo Monetário Mundial (FMI), Banco Mundial e o Departamento de Tesouro dos Estados Unidos em Washington, capital dos Estados Unidos, em 1989, ficou conhecido como Consenso de Washington. Nessa reunião foram reunidas uma série de medidas econômicas com viés neoliberal, como diminuição do tamanho do Estado, abertura dos mercados internacionais, rígida disciplina fiscal, reforma tributária, redução drástica dos gastos públicos na área social, desconstrução dos direitos fundamentais sociais por meio de

---

<sup>73</sup> Ibidem p. 18.

<sup>74</sup> MANIFESTANTES pedem nova constituição para o Chile. **G1**, Rio de Janeiro, 04 nov. 2019. Disponível em: < <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/11/04/manifestantes-pedem-nova-constituicao-para-o-chile-protestos-pelo-pais-continuum.ghtml> >. Acesso em 10 nov. 2019.



desregulamentação do mercado, flexibilização e terceirização das relações de trabalho, que deveriam ser adotadas pelos países da América Latina para desenvolver suas respectivas economias<sup>75</sup>. Em 1990, as recomendações do evento foram adotadas como políticas do FMI<sup>76</sup>. Desse modo, diversos países em desenvolvimento que almejavam contrair empréstimos com essa organização ou obter cooperação econômica passaram a implementar programas de ajustamento financeiro e reformas nos modelos econômicos, visto que esses eram alguns dos pré-requisitos ditados pela cartilha adotada por esse Fundo Monetário, contribuindo assim, para a expansão do neoliberalismo.

No Brasil, a aplicação de um projeto neoliberal teve início nos anos 90 durante o governo de Itamar Franco, prosseguiu durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, período em que várias empresas estatais de diversos setores foram privatizadas, e desde então vem avançando nos demais governos subsequentes. Nas últimas décadas, além das privatizações de empresas estatais, foram sendo adotadas políticas de abertura da economia para o capital internacional, desnacionalização via privatizações de grandes empresas estatais, e mais recentemente a desregulamentação das normas trabalhistas, entre outras medidas<sup>77</sup>.

Conforme já mencionado anteriormente, a implementação das ideias neoliberais se deu de modo diverso em vários países, alguns as adotando de modo mais duro e outros de forma mais amena. No entanto, ainda que tenha ocorrido variações, podemos citar que as principais teorias do neoliberalismo postas em práticas pelos governos foram:

- O aproveitamento do momento de recessão econômica para enfraquecer o movimento sindical organizado;
- O equilíbrio da balança de pagamentos e se possível superávit nas transações comerciais e de serviços para que as empresas tenham mais recursos e tranquilidade, para que possam atrair investidores financeiros que propiciem investimentos em infraestruturas e expansão da iniciativa privada;
- Política de desestatização para retirar do Estado a participação na econômica como agente produtivo e em certos casos saindo também de funções de regulamentação ou de setores produtivos;

---

<sup>75</sup> LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 12 ed. São Paulo: LTr, 2014, p. 40.

<sup>76</sup> REIS, Tiago. **Consenso de Washington**: um conjunto de medidas liberais para reformar a economia. Disponível em: < <https://www.sunoresearch.com.br/artigos/consenso-de-washington/> > Acesso em 14 out. 2019.

<sup>77</sup> CERQUEIRA, Jackson B. A. de. Uma visão do neoliberalismo: surgimento, atuação e perspectivas. **Sitientibus**, Feira de Santana, n° 39, jul./dez. 2008. p. 183.

- Viabilização das reformas fiscais por parte do Estado, como forma de incentivar os agentes econômicos;
- Redução de gastos públicos nas áreas sociais, como saúde, educação, previdência, de assistência ao trabalhador desempregado, entre outros<sup>78</sup>.

Essas medidas têm como principais objetivos reduzir a participação do Estado como agente produtivo e regulamentador da economia na promoção do Estado de bem-estar, e transferir recursos financeiros para a atividade produtiva e/ou investimentos que possam favorecer a participação das empresas na economia.

Podemos observar que todas as medidas da corrente neoliberal têm como único objetivo o desenvolvimento econômico, ainda que seu alcance seja em detrimento de grande parte da população. Bezerra Leite ressalta que uma das consequências do neoliberalismo ao enfraquecer o Estado é a progressiva exclusão social<sup>79</sup>. Daniel Sarmiento afirma que no contexto do neoliberalismo globalizado, a exclusão

é ainda mais cruel que no Estado Liberal, pois naquele as forças produtivas necessitavam da mão de obra para produção da mais-valia. Hoje, com os avanços da automação, o trabalhador desqualificado não tem mais nenhuma utilidade para o capital, e torna-se simplesmente descartável<sup>80</sup>.

Em *Vidas Desperdiçadas*, Zygmunt Bauman menciona que o destino dos desempregados, do “exército de reserva da mão-de-obra”, era serem chamados de volta ao serviço ativo<sup>81</sup>. No entanto, no modelo neoliberal o desemprego é estimulado. Sendo assim, os trabalhadores não qualificados não apenas não conseguem se reinserir no mercado de trabalho como passam a ser considerados como “refugo humano”, dispensáveis, vistos apenas como um problema financeiro. Danièle Linhart, co-autora de *Perte d`emploi, perte de soi*, afirma que

esses homens e mulheres não apenas perdem seus empregos, seus projetos, seus pontos de orientação, a confiança de terem o controle de suas vidas; também se veem

---

<sup>78</sup> Ibidem p. 172-174.

<sup>79</sup> LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 12 ed. São Paulo: LTr, 2014, p. 41.

<sup>80</sup> SARMENTO, Daniel. Direitos Fundamentais e relações privadas. In: LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. Op. Cit. p. 41.

<sup>81</sup> BAUMAN, Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. p. 20.

despidos da sua dignidade como trabalhadores, da auto estima, do sentimento de serem úteis e terem um lugar social próprio<sup>82</sup>.

No modelo neoliberal, os trabalhadores se tornam vítimas de sua adoção, pois além do aumento do desemprego, costuma ocorrer a redução de direitos nas relações de trabalho. Direitos que foram conquistados a partir de muitas lutas são sacrificados sob o argumento de que o excesso de direitos da classe trabalhadora são uma das principais causas da estagnação econômica e que por isso devem ser limitados ou “modernizados” para reaquecê-la.

Conforme já mencionado anteriormente, o neoliberalismo tem impulsionado as recentes reformas realizadas no Brasil, dentre elas, a Reforma Previdenciária (2019) e a Reforma Trabalhista (2017), objeto do nosso estudo. Nota-se que as reformas estão em conformidade com as recomendações de Instituições Financeiras Internacionais e atendem aos interesses de grandes empresas, investidores e empresários. No entanto, a qualidade de vida das pessoas, a dignidade da pessoa humana, a justiça social preconizada pela nossa Constituição, não foram consideradas pelos defensores das reformas. Não há uma preocupação sobre os danos que as reduções de direitos sociais, dos direitos trabalhistas, podem provocar na sociedade brasileira, que já possui como uma de suas características a forte desigualdade social e que pode se tornar ainda mais desigual à medida em que se privilegia os números da economia em prejuízo do bem-estar dos menos favorecidos.

## **2.2 \_ Breve relato sobre a tramitação e aprovação do Projeto de Lei nº 6.787/2016.**

O Projeto de Lei nº 6.787/2016 foi proposto pelo chefe do Poder Executivo, presidente Michel Temer, que passou a ocupar o cargo após o controverso impeachment da presidente Dilma Rousseff. Apresentado em 23 de dezembro de 2016, antevéspera do Natal, no “apagar das luzes” do referido ano, período em que grande parte da população

---

<sup>82</sup> Danièle Linhart, Barbara Rist e Estelle Durand. Perte d'emploi, perte de soi, Erès, 2002. In: BAUMAN, Zygmunt. Op. Cit. p 22.

não costuma estar atenta às pautas do Congresso Nacional, ele tinha como objetivo retirar as barreiras ao livre-mercado e à competitividade, pois segundo as ideias neoliberais a flexibilização das garantias trabalhistas e a contenção da ação sindical, o corte dos gastos públicos e sociais, a redução de impostos sobre a renda, a desregulamentação financeira, a privatização do público e a criação de estabilidade monetária poderiam reanimar a economia e gerar empregos<sup>83</sup>. Inicialmente, o presidente chegou considerar a hipótese de encaminhar a reforma por meio de uma medida provisória, considerada pelas centrais sindicais, parlamentares de oposição e juristas uma manobra antidemocrática, o enviou à Câmara dos Deputados declarando tratar-se de um “presente de Natal” para o governo<sup>84</sup>.

O Projeto para reformar as leis trabalhistas foi elaborado para modificar o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943- Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre eleições de representantes dos trabalhadores no local de trabalho e sobre trabalho temporário, e outras providências. O principal argumento utilizado em sua apresentação para justificar as alterações nas leis trabalhistas foi a necessidade de “adequar a legislação às novas relações de trabalho<sup>85</sup>”.

Em 9 de fevereiro de 2017, foi instalada a Comissão Especial para dar um parecer sobre o referido Projeto que tinha como objetivo

aprimorar as relações do trabalho no Brasil, por meio da valorização da negociação coletiva entre trabalhadores e empregadores, atualizar os mecanismos de combate à informalidade da mão-de-obra no país, regulamentar o art. 11 da Constituição Federal, que assegura a eleição de representante dos trabalhadores na empresa, para promover-lhes o entendimento direto com os empregadores, e atualizar a Lei n.º 6.019, de 1974, que trata do trabalho temporário<sup>86</sup>.

Segundo o parecer da Comissão Especial, almejando aparentar um caráter democrático às discussões decorrentes das mudanças nas leis que regem as relações de trabalho presentes no referido Projeto, diversos setores do Governo Federal, do Judiciário

---

<sup>83</sup> GONÇALVES, Guilherme Leite. Op. Cit., p. 306-307.

<sup>84</sup> ANTUNES, André. **Direitos trabalhistas na berlinda**. Disponível em: < <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/direitos-trabalhistas-na-berlinda> >. Acesso em 20 out. 2019.

<sup>85</sup> PROJETO DE LEI 6787/2016: Tramitação. Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2122076> >. Acesso em 20 out. 2019.

<sup>86</sup> Relatório da Comissão Especial para análise do PL 6787/2016. Disponível em: < [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1544961](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1544961) >. Acesso em 20 out. 2019.

Trabalhista, do Ministério Público do Trabalho, de representantes dos trabalhadores e dos empregadores e diversos especialistas puderam se manifestar. Além dessas manifestações, foram realizadas algumas audiências públicas, seminários, mesas redondas, entre outras iniciativas.

Os apoiadores do Projeto, dentre eles, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), defendiam sua tramitação em caráter de urgência, segundo o artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Poderá ser incluída automaticamente na Ordem do Dia para discussão e votação imediata, ainda que iniciada a sessão em que for apresentada, proposição que verse sobre matéria de relevante e inadiável interesse nacional, a requerimento da maioria absoluta da composição da Câmara, ou de Líderes que representem esse número, aprovado pela maioria absoluta dos Deputados, sem a restrição contida no § 2º do artigo antecedente.

Na sessão de 19 de abril de 2017 foi apresentado o Requerimento nº 6292/2017 – Urgência para apreciação do PL nº 6.787/2016, apenas um dia após a rejeição do mesmo requerimento por falta de votos. O relator do Projeto na Câmara, o deputado Rogério Marinho (PSDB –RN) defendendo o que chamou de “modernização da legislação trabalhista” proferiu as seguintes palavras:

(...) Acusam-nos de querer danificar uma lei que protege o trabalhador e, sob esse mantra, dizem que nós iremos prejudica-los. Mentem! Porque a superproteção que é dada hoje, ao contrário de gerar empregos, impede o empreendedor, que é aquele que movimenta a nossa economia. Não são os juízes, não são os promotores públicos, não são os Deputados, nem o Governo que geram emprego neste País. Quem gera emprego neste País, é o empreendedor; é o micro e pequeno produtor, que tem coragem de se expor no mercado e precisa de uma relação equilibrada na economia.

(...) Essa legislação, se não for modernizada, vai continuar fazendo com que o País seja um dos últimos do mundo em competitividade<sup>87</sup>.

---

<sup>87</sup> REQUERIMENTO DE URGÊNCIA Nº 6.292/2017. Disponível em: < <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020170420000660000.PDF#page=198> >. Acesso em 21 out. 2019.

Em seu discurso é possível notar o alinhamento com o pensamento da classe empresarial, pois vários argumentos que ele utilizou na sessão são os mesmos usados por essa classe para defender a necessidade da Reforma, tais como: a desatualização da CLT, considerando-a anacrônica, a necessidade de “modernizá-la”, ignorando que ao longo do tempo, dos 510 artigos que compõem a parte do direito individual do trabalho, somente 75 permaneceram com a redação original, ou seja, apenas 14, 7% de seus dispositivos não sofreu atualização<sup>88</sup>; o alto número de ajuizamento de causas trabalhistas, desconsiderando que a principal causa é o não cumprimento da legislação trabalhista por parte dos empregadores; a falácia de que o excesso de direitos trabalhistas que geram o desemprego, impedem a competitividade, oneram as empresas e por fim, a defesa da tese de que ao reformar as leis que regem as relações de trabalho no Brasil diminuiria o número de desempregados no Brasil e reaqueceria a economia<sup>89</sup>. É interessante notar que as declarações favoráveis à Reforma frequentemente eram proferidas acompanhadas da promessa de que tais mudanças promoveriam a geração de milhares de empregos<sup>90</sup>, pois segundo a concepção dos seus defensores, o “excesso das leis trabalhistas” era um dos principais responsáveis pela recessão da economia e consequentemente pelo alto índice do número de desempregados.

Apesar do apelo da oposição, a votação pelo regime de urgência foi aprovada com 287 votos a favor e 144 votos contra o requerimento<sup>91</sup>. A defesa à aprovação do regime de urgência pelos favoráveis às mudanças deve-se ao fato de que sua aprovação permite a dispensa de algumas formalidades, dentre elas, não ser possível pedir mais tempo para analisar o projeto ou propor emendas à matéria na comissão especial responsável por analisar o tema.

Em 26 de abril de 2017, às 22 h e 32 min, após quase 14 horas de discussão, em Sessão Deliberativa Extraordinária, o Plenário da Câmara aprovou a proposta da

---

<sup>88</sup> CARELLI, Rodrigo. Os cinco mitos da Justiça do Trabalho. In: **Reforma Trabalhista: reflexões críticas**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2018, p. 9-10

<sup>89</sup> KOKAY, Erika. Reforma Trabalhista de Temer: o maior golpe contra a classe trabalhadora desde a criação da CLT. In: **O Golpe de 2016 e a Reforma trabalhista: narrativas de resistência**. Bauru: Canal, 2017, p. 100.

<sup>90</sup> Em matéria vinculada no site <https://g1.globo.com/economia/noticia/reforma-trabalhista-vai-gerar-2-milhoes-de-empregos-em-dois-anos-diz-ministro.ghtml>, o ministro do trabalho Ronaldo Nogueira anunciava que a aprovação da reforma iria gerar dois milhões de empregos em até dois anos. Do mesmo modo, o ministro da Fazenda Henrique Meirelles declarava que seis milhões de empregos seriam criados ao longo dos próximos anos. Disponível em: < <https://exame.abril.com.br/economia/meirelles-projeta-6-milhoes-de-empregos-com-reforma-trabalhista/> >. Acesso em: 21 out. 2019.

<sup>91</sup> REQUERIMENTO DE URGÊNCIA Nº 6.292/2017. Disponível em: < <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020170420000660000.PDF#page=198> >. Acesso em 21 out. 2019.

Reforma Trabalhista com 296 votos favoráveis e 177 contrários, e a encaminhou ao Senado Federal.

No Senado Federal, o referido projeto, aprovado e enviado pela Câmara, foi apresentado em 28 de abril com a denominação de Projeto de Lei da Câmara nº 38 de 2017. Do mesmo modo que na Câmara dos Deputados, após a realização de várias audiências públicas, ele foi aprovado em 11 de julho com o resultado de 50 votos favoráveis, 26 contrários e uma abstenção, e enviado no dia seguinte para a sanção presidencial.

Em 13 de julho de 2017, após a sanção presidencial, o Projeto de Lei nº 6.787/2016 foi transformado em norma jurídica, tornou-se Lei nº 13.467/2017, conhecida como Lei da Reforma Trabalhista, com publicação no Diário Oficial da União do dia seguinte.

### **2.3 \_ A reforma trabalhista e o acesso à Justiça.**

A Reforma Trabalhista no Brasil é o ápice de um processo de precarização do trabalho que se potencializou a partir dos anos 90 do século XX. Desde então, diversas propostas de flexibilização e retirada de direitos trabalhistas foram sendo aprovadas no Congresso Nacional sempre sob a justificativa da necessidade de modernizar a “atrasada” legislação trabalhista para reanimar a economia e gerar empregos<sup>92</sup>. Apesar dos estudos comprovarem que essas mudanças não contribuem para a diminuição do desemprego, elas continuam sendo implementadas sob o mesmo argumento.

Até mesmo alguns economistas do FMI que defendem o modelo neoliberal reconhecem que sua adoção aumenta a desigualdade social e que programas de austeridades não geram crescimento, podendo inclusive provocar efeitos nocivos de longo prazo<sup>93</sup>. Maria Cristina Caccismali e Maria de Fátima Silva, mencionam que algumas das perversidades do neoliberalismo se expressa justamente pelas maiores taxas de desemprego, de longa e cura duração, pela insegurança nas relações de trabalho, pelo

---

<sup>92</sup> GIMENEZ, Denis Maracci e SANTOS, Anselmo Luis dos. Desenvolvimento, competitividade e a reforma trabalhista. In: **Dimensões críticas da Reforma Trabalhista no Brasil**. Campinas: Editora Curt Nimuendajú, 2018. p. 48.

<sup>93</sup> FMI diz que políticas neoliberais aumentaram desigualdade. **G1**. Disponível em: < <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/05/fmi-diz-que-politicas-neoliberais-aumentaram-desigualdade.html>>. Acesso em 22 nov. 2019.

rebaixamento salarial e pelo processo de informalização. Elas revelam que ao final dos anos 90, mesmo adotando a política neoliberal, quase 11% dos trabalhadores latino-americanos estavam desempregados<sup>94</sup>. Para refutar a justificativa dos adeptos do neoliberalismo, o Ministério Público do Trabalho faz a seguinte menção:

O Relatório de Giuseppe Bertola de 2009 para a OIT e o da OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico de 2006 e 2013, afirmam que não há qualquer relação determinante entre a proteção trabalhista e a geração de empregos. Muito pelo contrário, a proteção ao direito do trabalho assegura melhor distribuição de renda, além de demonstrar que longas horas de trabalho e alta rotatividade diminuem sensivelmente a produtividade (Deakin, Malmber e Sarkar, *International Labour Review* 195, 2014). O discurso de que o direito do trabalho se relaciona com o nível de emprego tem origem puramente ideológica<sup>95</sup>.

Além de culpabilizar os direitos dos trabalhadores, indicados pelos economistas neoliberais como uma das principais causas da redução de empregos, os apoiadores da Reforma também passaram a direcionar suas críticas à Justiça do Trabalho. Nas discussões para a aprovação da Nova Lei, frequentemente enfatizavam o grande número de litígios ajuizados perante a Justiça Trabalhista, sem, contudo, considerar o principal motivo que faz com que esse número seja expressivo, ou seja, o não cumprimento da legislação trabalhista. Em razão disso, foram incluídas na Lei inúmeros dispositivos que evidenciam o objetivo de promover a redução do número de ações ajuizadas pelos trabalhadores em busca de seus direitos.

No Brasil, existem alguns fatores que contribuem e as vezes até mesmo estimulam o não cumprimento das normas trabalhistas, como por exemplo, a precariedade da fiscalização do trabalho devido a pequena quantidade de fiscais no quadro de funcionários do órgão fiscalizador; os valores das multas, que não desestimulam as práticas contrárias à legislação trabalhista, pelo contrário, pois devido ao seu valor irrisório contribui para que alguns empregadores continuem a praticar atos que ferem o direito do trabalhador, uma vez que consideram ser mais vantajoso pagar uma multa do que cumprir com as responsabilidades decorrentes das relações de

---

<sup>94</sup> CACCIAMALLI, M. C. A desfiliação do estatuto do trabalho na década de 1990 e a inserção dos ocupados que compõem as famílias de menor renda relativa. In: CAMPOS, Rosana Soares. **O impacto das reformas econômicas neoliberais na América Latina: desemprego e pobreza**. Polis (online), 47, 2017, p. 6. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/polis/12585>>. Acesso em 10 nov. 2019.

<sup>95</sup> NÃO perca os seus direitos- Conheça a reforma trabalhista. In: **Ministério Público do Trabalho em quadrinhos**. Disponível em: < <http://www.mptemquadrinhos.com.br/pdf/HQ31.pdf>>. Acesso em 10 nov. 2019.



trabalho. Além disso, o alto número de desemprego também contribui para o não cumprimento das obrigações trabalhistas, pois o trabalhador com receio de ser dispensado costuma se submeter às condições de trabalho que ferem às normas trabalhistas, e em razão da desigualdade existente na relação de trabalho, não costuma reivindicar seus direitos durante a relação de emprego.

Portanto, devido às inúmeras violações aos seus direitos, que a classe trabalhadora recorre ao Poder Judiciário, pois diversas vezes, somente com a tutela do órgão jurisdicional que conseguem reivindicar e concretizar os direitos que lhes são inerentes. Não é raro encontrar um trabalhador que ao ser dispensado tenha escutado do seu empregador a seguinte frase: “Vá buscar seus direitos na Justiça”. Logo, a busca pelo acesso à justiça, em muitas ocasiões, não se trata de uma “aventura jurídica”, de uma faculdade para o trabalhador e sim a única opção para que de fato seus direitos sejam efetivados.

O acesso à justiça, já mencionado no capítulo anterior, é um direito fundamental, previsto na Constituição. Sendo assim, esse direito em um Estado Democrático de Direito, que cumpre as normas constitucionais e os Tratados Internacionais que tenha ratificado, não pode ser suprimido. No entanto, veremos a seguir que algumas das alterações promovidas pela Lei 13. 467/2017 podem colidir com o princípio do acesso à justiça, uma vez que a aplicação de determinados dispositivos pode ser limitadora para o amplo acesso à Justiça Especializada do Trabalho.

### **2.3.1 – O Benefício da Justiça Gratuita.**

A lei 13.467/2017 alterou a redação do § 3º e incluiu o § 4º do artigo 790 da CLT. A partir da reforma a redação dos dispositivos citados passou a ser a seguinte:

§ 3º É facultado aos juízes, órgãos julgadores e presidentes dos tribunais do trabalho de qualquer instância conceder, a requerimento ou de ofício, o benefício da justiça gratuita, inclusive quanto a traslados e instrumentos, àqueles que perceberem salário igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

§4º O benefício da justiça gratuita será concedido à parte que comprovar insuficiência de recursos para o pagamento das custas do processo.

A Reforma trabalhista disciplinou o instituto do benefício da justiça gratuita, mas não alterou as regras da assistência judiciária gratuita presentes no §1º, do artigo 14, da Lei nº 5.584/70 que diz que o benefício seria concedido “a todo aquele que perceber salário igual ou inferior ao dobro do mínimo legal”. Ela também assegura ao trabalhador de maior salário a concessão do benefício “uma vez provado que sua situação econômica não lhe permite demandar, sem prejuízo do sustento próprio ou da sua família (Art. 14, § 1º, Lei 5.584/70).

A Orientação Jurisprudencial 304/TST –SDI- 1, em conformidade com o § 2º, da Lei 5.584/70, considerava que atendidos os requisitos presentes na referida Lei para a concessão da assistência judiciária, bastava a simples declaração do declarante ou de seu advogado na petição inicial para que se considerasse configurada a situação econômica. A partir do Código de Processo Civil de 2015, a declaração de hipossuficiência econômica assinada por advogado só passou a ser admitida se haver na procuração judicial a cláusula específica para esse fim. A Súmula nº 463 do TST, publicada em 2017, manteve o entendimento presente na OJ 304, SDI-1/TST de que para a concessão do benefício da gratuidade bastava a declaração de hipossuficiência. Todavia, em conformidade com o CPC, a referida Súmula modificou o entendimento jurisprudencial no que se refere à assinatura do advogado na declaração de hipossuficiência econômica, sendo admitida nos autos somente se constar na procuração judicial cláusula específica autorizando-o para esse ato<sup>96</sup>.

Algumas mudanças promovidas pela Reforma reduzem a extensão dos benefícios da justiça gratuita e comprometem a concretização dos direitos à assistência jurídica integral e gratuita (art. 5º, LXXIV, CF) e ao amplo acesso à jurisdição (art. 5º, XXXV, CF), como por exemplo, a mudança de critério para a concessão do benefício da Justiça Gratuita prevista no artigo 790, § 3º, da CLT. De acordo com o critério anterior, a presunção de hipossuficiência econômico-financeira podia beneficiar os trabalhadores que percebessem salário igual ou inferior ao dobro do mínimo legal, ou declarassem que não tinham condições de pagar as custas processuais sem comprometer o seu sustento ou de sua família. Atualmente, a presunção alcança somente àqueles que percebem salário

---

<sup>96</sup> DELGADO, Maurício Godinho. **A reforma trabalhista no Brasil**: com os comentários à Lei n. 13.467/2017. 2. Ed. São Paulo: LTr, 2018, p. 357-358.

igual ou inferior a 40% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, ou seja, somente àqueles que recebem o salário de até R\$ 2.335,78.

Ao que tudo indica, o custo de vida no Brasil não foi considerado na elaboração do Projeto de Lei, pois segundo dados do Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos) o valor do salário mínimo necessário para atender as necessidades básicas citadas na Constituição Federal como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, em setembro de 2019, deveria ser de R\$ 3.980, 82<sup>97</sup>. Nota-se que o valor estimado é o mínimo que se deveria receber para contemplar as necessidades básicas de uma família, valor este bem acima do teto estipulado para a existência da presunção de pobreza.

Além disso, a reforma não definiu se a justiça gratuita considera o salário presente ou o salário da época do contrato de trabalho questionado e o patrimônio imobilizado do requerente<sup>98</sup>. Àqueles que não atendem ao critério, aplica-se o § 4º, do artigo mencionado, incluído pela Lei 13.467/2017 que cita que o benefício da justiça gratuita será concedido somente “à parte que comprovar insuficiência de recursos para o pagamento das custas do processo”.

Com a nova lei, os trabalhadores que não gozam da presunção de hipossuficiência financeira deverão comprovar e não apenas declarar o estado de pobreza. No entanto, apesar da exigência, a referida lei não citou quais provas seriam necessárias para tal comprovação. Até o presente momento, também não há um entendimento jurisprudencial sobre esse tema.

Mauricio Godinho destaca que a restrição econômica e monetária presente na Lei nº 13.467/2017, relativamente aos segmentos sociais hipossuficientes e vulneráveis, assume o caráter de restrição absoluta ou quase absoluta e que por isso constitui uma afronta aos comandos constitucionais do amplo acesso à jurisdição e do instituto da justiça gratuita, expressos nos incisos XXXV e LXXIV do artigo 5º da CF. O jurista recorda que essas restrições foram utilizadas ao longo do tempo, como uma estratégia bastante eficiente, para impedir ou limitar o exercício de prerrogativas e direitos institucionalizados, sejam políticos, civis, sociais, econômicos, institucionais, e

---

<sup>97</sup> PESQUISA nacional da cesta básica de alimentos: Salário mínimo nominal e necessário. Disponível em: < <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html> >. Acesso em 10 nov. 2019.

<sup>98</sup> SILVA, Homero Batista Mateus da. **Comentários à reforma trabalhista**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.p 137.

principalmente direitos e prerrogativas processuais. Considera que as mudanças realizadas pela Reforma nas leis trabalhistas retomam a fase cinzenta em que o direito ao invés de contribuir para a promoção da justiça social era frequentemente utilizado como instrumento de exclusão e segregação sociais<sup>99</sup>.

### **2.3.2 – Honorários periciais e sucumbenciais.**

Com a alteração do artigo 790-B da CLT a isenção que havia para o pagamento dos honorários periciais da parte sucumbente que fosse beneficiária da gratuidade de justiça deixou de existir. Com a nova redação, esse beneficiário somente não arcará com esse pagamento se não tiver obtido “em juízo créditos capazes de suportar a despesa (...), ainda que em outro processo”, nesse caso, será a União a responsável pelo encargo (art. 790-B, § 4º, da CLT).

Alguns doutrinadores como Mauricio Godinho Delgado e Gabriela Neves Delgado têm demonstrado preocupação com a nova redação, pois claramente ela afronta a Constituição Federal que assegura o direito de acesso à justiça aos que não possuem condições econômicas para arcar com as custas processuais. Sobre essa alteração, eles afirmam:

A análise desse preceito, (...) evidencia o seu manifesto despreço ao direito e garantia constitucionais da justiça gratuita (art. 5º, LXXIV, CF) e, por decorrência, ao princípio constitucional do amplo acesso à jurisdição (art. 5º, XXXV, CF). Se não bastasse, desconsidera as proteções e prioridades que o ordenamento jurídico confere às verbas de natureza trabalhista, por sua natureza alimentar, submetendo-as a outros créditos emergentes do processo<sup>100</sup>.

Apesar da evidente colisão do referido artigo com a Constituição Federal, e dos possíveis danos que sua aplicação possa ocasionar ao trabalhador hipossuficiente que busca o acesso à justiça, ainda não há um posicionamento do Superior Tribunal Federal sobre esse tema. Diante disso, a recomendação do jurista Schiavi merece ser destacada.

---

<sup>99</sup> DELGADO, Mauricio Godinho. Op. Cit. p 360.

<sup>100</sup> DELGADO, Mauricio Godinho e DELGADO, Gabriela Neves. A reforma trabalhista no Brasil. In: SCHIABI, Mauro. Op. Cit. p. 411.

Em sua concepção, ao se deparar com essa situação, os magistrados deverão ter muita sensibilidade ao fixar os honorários periciais àqueles que foram beneficiados com justiça gratuita, para não inibir o acesso à justiça. Defende que o juiz ao estabelecer tais honorários estipule valores compatíveis com o estado de pobreza da parte<sup>101</sup>. Ao que parece, enquanto não há um pronunciamento do STF, essa é a melhor ação a ser tomada para evitar injustiças, assim como o controle de constitucionalidade no caso concreto.

Outro ponto controverso da Reforma Trabalhista é a responsabilidade do beneficiário da justiça gratuita pelos honorários advocatícios previstos no art. 791-A, *caput* e §§ 3º e 5º, CLT. Os honorários sucumbenciais são devidos a advogados e não à pessoa jurídica da sociedade da advocacia, e se aplicam também aos advogados em causa própria<sup>102</sup>. A margem para fixação dos honorários é de 5% a 15% “sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa” (art. 791-A, *caput*, CLT).

Desse modo, os valores dos honorários somente serão conhecidos ao final do processo e não durante a fase de conhecimento. Nos casos em há obrigação de fazer, como “dar baixa” na carteira profissional, entregar documentos como carta de referência ou dados previdenciários, etc., a base de cálculo será o valor atualizado da causa. O beneficiário sendo a parte sucumbente terá que pagar os honorários sucumbenciais, mesmo nos casos em que houver procedência parcial. Ainda que tenha obtido a gratuidade da justiça, sua responsabilidade se mantém, e caso tenha obtido créditos em juízo, suficientes para suportar a despesa, ainda que em outro processo, serão utilizados para o pagamento dessa obrigação. Se não tiver obtido tais créditos,

as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário (art. 791-A, § 4º, CLT).

A Reforma Trabalhista trouxe disciplina em dissonância com os entendimentos fixados nas Súmulas ns. 219 e 329 do TST, que declaravam que “na Justiça do Trabalho,

---

<sup>101</sup> SCHIAVI, Mauro. Op. Cit. p 411.

<sup>102</sup> SILVA, Homero Batista Mateus da. Op. Cit. p. 141.

a condenação ao pagamento de honorários advocatícios não decorre pura e simplesmente da sucumbência”. A instituição de honorários advocatícios e a sucumbência recíproca é considerada a mudança mais significativa da nova legislação. Essa previsão na legislação do trabalho pode inviabilizar ou inibir o acesso dos trabalhadores à justiça, pois muitos deles, diante do receio da possibilidade de ter que arcar com o pagamento de honorários sucumbenciais, podem desistir de pleitear suas demandas perante a Justiça.

Sobre a sucumbência recíproca, Jorge Luiz Souto Maior e Valdete Severo advertem:

(...) há de se reconhecer que sucumbência recíproca não existe no aspecto específico da quantificação do pedido. Isto é, se, por exemplo, o pedido de dano moral, com valor pretendido de R\$ 50.000,00, for julgado procedente mas no patamar fixado pelo juiz de R\$ 5.000,00, não se terá a hipótese de “procedência parcial”, da qual advém a hipótese de sucumbência recíproca, porque, afinal o pedido foi julgado procedente e a própria lei autoriza fixar as indenizações em outro patamar, que não é de um valor exato.

Destaque-se que mesmo na dinâmica do processo civil, a compreensão doutrinária, já refletida em jurisprudência e em lei, é a de que os honorários advocatícios não servem para conferir um proveito econômico à parte que não tem razão; ou, dito de outro modo, não constituem instrumento para penalizar a parte economicamente desprovida e que vai à Justiça pleitear os seus direitos. Vide, neste sentido, a Súmula n. 326 do STJ: “Na ação de indenização por dano moral, a condenação em montante inferior ao postulado na inicial não implica sucumbência recíproca. ” E, também, o teor do parágrafo único do artigo 86: “Se um litigante sucumbir em parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e pelos honorários<sup>103</sup>.

### **2.3.3 – Responsabilidade por dano processual: litigância por má-fé.**

A nova legislação incluiu os artigos 793-A, 793-B, 793-C e 793-D, na Seção IV-A da CLT que trata sobre a responsabilidade por litigância por má-fé.

Segundo Godinho Delgado, a litigância de má-fé ocorre quando uma pessoa que atua na relação processual pratica uma conduta processual contrária ao padrão mínimo fixado em lei para sua atuação, causando lesão à parte contrária ou a algum interveniente no processo ou a própria eficiência, objetividade e lisura necessárias ao bom andamento dos processos<sup>104</sup>.

<sup>103</sup> MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto. Op. Cit.

<sup>104</sup> DELGADO, Mauricio Godinho. Op. Cit. p. 365.

Mauro Schiavi menciona que

A litigância de má-fé caracteriza-se como a conduta da parte, tipificada na lei processual, que viola os princípios da lealdade e boa-fé processual, bem como atenta contra a dignidade e seriedade da relação jurídica processual<sup>105</sup>.

O artigo 793-A incorporou o texto normativo do CPC de 2015, substituindo os termos “autor, réu ou interveniente” para “reclamante, reclamado ou interveniente”. O referido artigo diz que o litigante de má-fé “responde por perdas e danos. O artigo 793-B, classifica como litigante de má-fé, aquele que: I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso; II - alterar a verdade dos fatos; III - usar do processo para conseguir objetivo ilegal; IV - opuser resistência injustificada ao andamento do processo; V - proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo; VI - provocar incidente manifestamente infundado; VII - interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório.

É importante destacar que para caracterizar a litigância de má-fé é necessário que as condutas previstas nos incisos acima, tenham sido praticadas com dolo, ou seja, tenham sido realizadas com a intenção de tumultuar o processo ou obter alguma vantagem indevida.

Se o juiz considerar que o litigante agiu por má-fé será condenado de ofício ou a requerimento a pagar multa de 1% a 10% do valor da causa atualizado (art. 793-C, CLT).

Homero Batista cita que aquele que for considerado litigante de má-fé suportará quatro grandes indenizações a seguir:

- a) multa de 1% a 10% do valor da causa atualizado;
- b) indenização para a parte contrária quando aos prejuízos sofridos são valores indeterminados, de difícil mensuração, porquanto não se confundem com as despesas efetuadas para o processo, como por exemplo, prejuízo à reputação, perdas de contratos, etc.
- c) honorários do advogado da parte contrária; se a declaração da má-fé ocorrer na prolação de sentença em que o litigante desleal sucumbiu por inteiro;

---

<sup>105</sup> SCHIAVI, Mauro. A Reforma trabalhista e o Processo do Trabalho. In: Delgado, Mauricio Godinho. Op. Cit., p. 366.

- d) indenização das despesas efetuadas para o processo (valores indeterminados, mas que podem ser mensurados com critérios objetivos tais como o número de horas de perda de trabalho do preposto e das testemunhas, cópias reprográficas, gastos com autenticação de documentos e similares<sup>106</sup>.

Para Godinho, a possibilidade de quatro apenações, citadas acima, demonstra o rigor da Lei e sua intenção de desestimular o amplo acesso à justiça<sup>107</sup>.

A lei esclarece que quando dois ou mais litigantes agirem de má-fé, “o juízo condenará cada um na proporção de seu respectivo interesse na causa ou solidariamente aqueles que se coligaram para lesar a parte contrária” (§ 1º, art. 793-C, da CLT). Sendo “o valor da causa irrisório ou inestimável, a multa poderá ser fixada até duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social” (§ 2º, art. 793-C, CLT).

#### **2.3.4.- Aplicação de multa à testemunha por litigância de má-fé no processo do trabalho.**

O artigo 793-D traz a previsão de aplicação de multa prevista no art. 793-C à testemunha das partes que “intencionalmente alterar a verdade dos fatos ou omitir fatos essenciais ao julgamento da causa”. Anteriormente, a punição era aplicada a partir da interpretação sistemática dos arts 5º e 80 do CPC.

Cândido Rangel Dinamarco menciona que

as distorções da realidade pela testemunha nem sempre são intencionais. Há fatos que acontecem de improviso, sem que a pessoa tivesse qualquer participação nem esperasse por eles, o que leva a ter uma percepção parcial e nem sempre correta do acontecido (acidente de veículos). Há casos em que o decurso parcial do tempo e as fantasias que às vezes se criam em torno dos acontecimentos da vida real são responsáveis pelo esquecimento daquilo que foi visto, ouvido, lido ou sentido. A experiência mostra ainda que as palavras da testemunha ao juiz nem sempre são suficientemente claras e nem sempre trazem ao espírito deste a correta representação da ideia que ela pretende transmitir<sup>108</sup>.

<sup>106</sup> SILVA, Homero Batista Mateus da. Op. Cit. p 147.

<sup>107</sup> DELGADO, Maurício Godinho; Gabriela Neves Delgado. Op. Cit. p 367.

<sup>108</sup> DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de direito processual civil. In: SCHIAVI, Mauro. **Manual de direito processual do trabalho**: de acordo com a reforma trabalhista. 13 ed. São Paulo: LTr, 2018, p 788.



Ainda que haja a menção expressa no referido artigo de que a multa somente será aplicada se a alteração da verdade ou a omissão dos fatos for intencional, sua existência por si só já é suficiente para que a testemunha se sinta intimidada ao responder as indagações do juiz.

Como destaca Schiavi,

Embora pertinente a presente disposição, ela deve ser aplicada com muita ponderação no processo trabalhista, a fim de não inviabilizar o acesso à justiça das partes, e não ser fator inibitório de pretensões na Justiça do Trabalho, considerando-se que as testemunhas do reclamante, como regra, são ex-empregados e, as testemunhas do reclamado, empregados. Além disso, (...) pequenas divergências nos depoimentos fazem parte da própria condição humana<sup>109</sup>.

Mauricio Godinho destaca que não há punição similar na seção II do CPC, que versa sobre a responsabilidade por dano processual e serviu de parâmetro normativo para essa inovação introduzida pela Reforma Trabalhista. Ele enfatiza que a nova lei trabalhista foi além do próprio rigorismo já percebido no atual Código de Processo Civil. Afirma que essa disparidade jurídica demonstra o inusitado rigor com que a Lei passou a tratar o processo judicial trabalhista, com efeitos claramente restritivos ao acesso à justiça na realidade trabalhista brasileira<sup>110</sup>.

### **2.3.5 – O valor da causa no Processo do Trabalho e a problemática da delimitação do pedido na reclamação trabalhista.**

A nova redação do § 1º do artigo 840, da CLT, incluiu como requisito para a validação da petição inicial trabalhista a exigência de que o pedido seja certo, determinado e com indicação de seu valor. Anteriormente, havia apenas indicativos dessa necessidade, não se tratava de uma obrigação. A redação anterior estava em consonância com o princípio da simplicidade. Atualmente, a ausência do valor da causa pode acarretar

---

<sup>109</sup> SCHIAVI, Mauro. Op. Cit. p. 417

<sup>110</sup> DELGADO, Mauricio Godinho; Gabriela Neves Delgado. Op. Cit. p. 357-358.

a extinção do processo, sem resolução do mérito (§ 3º, art.840, CLT), por não cumprir os requisitos para a admissibilidade da petição inicial.

Essa mudança, assim como várias outras, carece de um entendimento jurisprudencial pacificado, pois de acordo com o artigo 2º, § 2º, da Lei 5.584/1970, não constando o valor da causa, sendo indeterminado, caberá ao juiz suprir a lacuna e fixá-lo. Sendo assim, para evitar o rigor da lei trabalhista deveria ser concedido um prazo para emenda à petição inicial que não cumprisse os requisitos citados acima, tal como previsto no CPC, em seu artigo 321, e na Súmula n. 263 do TST, que estabelecem o prazo de quinze dias para que ela seja emendada ou completada. A concessão desse prazo seria benéfica tanto para os trabalhadores representados por advogados quanto por aqueles que fizerem uso do *jus postulandi*, pois não basta apenas reconhecer o direito de postular em causa própria, é necessário facilitar seu exercício. Além disso, a aplicação do referido dispositivo contraria o princípio processual da proteção ao trabalhador, pois sendo aplicado com rigor, poderia adiar a concretização de um direito, cujos créditos frequentemente são de natureza alimentar e poderiam comprometer a dignidade tanto da pessoa que ajuizou a demanda trabalhista quanto de seus familiares.

#### **2.3.6- Ausência do reclamante na audiência.**

Outra mudança significativa promovida pela Nova Lei se refere à ausência do reclamante na audiência. Com a introdução do § 2º, no artigo 844, da CLT, se o reclamante não comparecer à audiência será condenado ao pagamento das custas processuais, ainda que seja beneficiário da justiça gratuita. Ele só não será condenado a pagar as custas processuais se comprovar, no prazo de 15 dias, que a ausência aconteceu por motivo legalmente justificável, previstos em rol não exaustivos no art. 473, da CLT. A Lei 13.467/2017 também incluiu o § 3º, que institui como condição para a propositura de nova demanda o pagamento das custas mencionadas acima.

O reclamante poder propor novamente a reclamação trabalhista que tiver sido arquivada, sem necessidade de comprovação de custas processuais, mesmo quando não

tiver sido beneficiado com a gratuidade de justiça, sempre foi uma tradição no Processo do Trabalho<sup>111</sup>.

Mauro Schiavi considera que

exigir o recolhimento das custas, e ainda condicionar o recolhimento destas como condição de ingresso de nova ação no caso do autor beneficiário de Justiça gratuita viola o princípio constitucional do acesso à justiça (art. 5º, XXXV, da CF), e também do da assistência judiciária integral (art. 5º, LXXIV, da CF), e a própria essência do benefício da justiça gratuita, que é isentar a pessoa economicamente vulnerável das dispensas do processo. Além disso, atenta contra o princípio da gratuidade do processo trabalhista que exterioriza o princípio do protecionismo processual na esfera trabalhista. Portanto, de nossa parte, as custas do beneficiário de justiça gratuita em caso de arquivamento, não devem ser cobradas pela Justiça do Trabalho (inconstitucionalidade e existência de lacuna axiológica da lei processual trabalhista)<sup>112</sup>.

As alterações na legislação trabalhista mencionadas nesse capítulo podem reduzir ou inviabilizar o direito de acesso à justiça, pois a maioria dos trabalhadores só conseguem concretizar esse direito por meio da extensão do benefício da gratuidade de justiça e das facilidades que as normas processualistas do trabalho ofereciam ao trabalhador. As mudanças introduzidas pela Lei 13.467/2017 elevaram os riscos econômico-financeiros referente ao processo judicial trabalhista, principalmente para as pessoas hipossuficientes e vulneráveis que não possuem condições econômicas para arcar com os custos processuais sem comprometer o seu sustento ou de sua família.

---

<sup>111</sup> SCHIAVI, Mauro. Op. Cit. p. 610.

<sup>112</sup> Idem. p. 612

## CAPÍTULO III

### EFEITOS SOCIAIS DA DISCUSSÃO DA LEI 13.467/2017 SOBRE O ACESSO À JUSTIÇA.

#### 3.1 - Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5766.

A ADI 5766, ajuizada pela Procuradoria-Geral da República, em agosto de 2017, requer a declaração de inconstitucionalidade de determinados artigos introduzidos pela Lei 13.467/2017 que impõem restrições à concessão da gratuidade de justiça e por consequência ao direito de acesso de Justiça. São objetos da Ação: os artigos 790-B da CLT (*caput* e parágrafo 4º), que versa sobre a responsabilidade da parte sucumbente pelo pagamento de honorários periciais; 791-A, § 4º, que trata sobre os honorários advocatícios sucumbenciais, e 844, § 2º, que menciona a hipótese de condenação ao pagamento das custas ao reclamante que não comparecer à audiência.

A ação declaratória de inconstitucionalidade alega que ao estender aos beneficiários de justiça gratuita determinadas obrigações, a norma viola a garantia constitucional de gratuidade judiciária (art. 5º, LXXIV), aos que possuem insuficiência de recursos para arcar com as custas processuais na Justiça do Trabalho e por consequência constitui violação ao direito fundamental de acesso à Justiça (art. 5º, XXXV), visto que essa garantia se torna para os trabalhadores pobres um pressuposto para ter acesso à jurisdição trabalhista. Argumenta que os artigos impugnados pela Ação, além de violarem os direitos constitucionais citados acima, também constituem afronta aos princípios fundamentais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III), os objetivos fundamentais de construção de uma sociedade livre, justa e solidária (art. 3º, I) e de erradicação da pobreza e da marginalização, bem como de redução das desigualdades sociais (art. 3º, III), além de afronta ao direito fundamental à isonomia (art. 5º, *caput*).

Com a Reforma Trabalhista, a parte sucumbente torna-se responsável pelo pagamento dos honorários periciais, “ainda que beneficiária da justiça gratuita”. De acordo com o § 4º do artigo 790-B, o beneficiário somente não arcará com o pagamento se não obtiver “em juízo créditos capazes de superar a despesa referida (...) ainda que em outro processo”. Do mesmo modo, o § 4º, do artigo 791-A diz que o beneficiário da justiça gratuita deverá pagar os honorários advocatícios sucumbenciais, salvo se não obtiver em juízo, “ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa”.

A Procuradoria-Geral sustenta que a norma ao atribuir ao beneficiário de justiça gratuita, o pagamento de honorários periciais e advocatícios de sucumbência, sempre que obtiver “créditos capazes de suportar a despesa referida, ainda que em outro processo”, desconsiderou a condição de insuficiência de recursos que justificou o benefício<sup>113</sup>. Sendo assim, configura-se violação à garantia fundamental de gratuidade de justiça (CF, art. 5º, LXXIV).

O artigo 844, § 2º, da Lei 13.467/2017, prevê a condenação ao pagamento de custas processuais pelo reclamante, mesmo que seja beneficiário de gratuidade de justiça, em caso de ausência injustificada à audiência inicial. Além disso, a norma condiciona como condição para a propositura de nova demanda o referido pagamento. A Procuradoria-Geral menciona que o dispositivo citado acima, além de violar o direito fundamental da gratuidade de Justiça, também afronta os tratados de direitos humanos firmados pelo Brasil que garantem pleno acesso à justiça, conforme art. 14 do Pacto de São José da Costa Rica. Cita que a inclusão do referido dispositivo se propõe a ter como finalidade “desestimular a litigância descompromissada”, conforme justificativa do relatório do projeto de lei 6.787/2016, citado no capítulo anterior, que deu origem à Reforma Trabalhista.

Para alcançar esse objetivo, os legisladores incluíram essa condenação em custas, dando-lhe um aspecto de sanção processual de natureza punitiva ao comportamento negligente do demandante. No entanto, segundo a alegação presente na peça processual, essa sanção não se legitima, seja por ausência de taxatividade da conduta como passível de sanção processual, seja pela intensidade da punição, a ponto de aniquilar a garantia constitucional assegurada àqueles que não possuem condições de arcar com as

---

<sup>113</sup> PETIÇÃO INICIAL DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 5766, p. 13, 15. Disponível em: < <http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/ADI5766reformatrabalhistas.pdf> >. Acesso em 20 nov. 2019.

custas processuais para acessar a justiça<sup>114</sup>. Considera que por não haver tipificação legal da conduta como passível de sanção processual, o propósito punitivo da norma assume caráter de desvio de finalidade legislativa. Sobre esse tema, a ADI faz menção à obra de Uadi Lammêgo Bulos que assim esclarece:

Pode ocorrer de os legisladores editarem leis que exorbitem as finalidades constitucionais. Praticam o mister legiferante de modo inapropriado, sem qualquer senso de lógica ou razoabilidade. Cometem exageros pela maledicência ou pela inaptidão de exercerem mandato para o qual foram eleitos. Daí elaborarem normas com escopos totalmente contrários àquilo que foi demarcado pelo constituinte originário. Quer dizer, extrapolam a imaginação criadora, perfeitamente admissível quando exercida à luz dos padrões supremos da norma de hierarquia máxima: a constituição. E nem se fale que os legisladores têm discricionariedade. O exagero da liberdade de configuração normativa deve ser repudiado<sup>115</sup>.

A ADI 5766 narra que a introdução do § 2º no artigo 844 da CLT padece de vício de proporcionalidade e de isonomia, visto que impõe restrição desmedida a direitos fundamentais, sob o pretexto de obter finalidade que poderia ser alcançada por vias processuais menos restritivas, e que tal medida prejudica de modo mais gravoso os demandantes pobres do que aos demais trabalhadores que tendo condições para pagar as custas processuais teriam novamente o direito de acessar a jurisdição trabalhista, ficando sujeito apenas à sanção temporária prevista no art. 732 da CLT, que já previa um impedimento temporário do direito de demandar perante a Justiça Trabalhista ao demandante por período de seis meses, se ele não comparecesse à audiência inaugural, por duas vezes seguidas, dando causa a arquivamento de demanda<sup>116</sup>.

Declara que o possível caráter punitivo da medida em nada altera a carência de recursos que determinou o direito de acesso gratuito à jurisdição e que a exigência de pagamento de custas como condição para aforar nova demanda trabalhista por trabalhador carecedor de recursos constituirá obstáculo definitivo a novo acesso desse cidadão à

---

<sup>114</sup> PETIÇÃO INICIAL DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 5766. Disponível em: < <http://www.mpf.mp.br/pgt/documentos/ADI5766reformatrabalista.pdf> >. Acesso em: 20 nov. 2019. p. 21.

<sup>115</sup> BULLOS, Uadi Lammêgo. **Curso de Direito Constitucional**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 145. In: PETIÇÃO INICIAL DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 5766. Op. Cit. p. 69

<sup>116</sup> Idem. p. 22.

Justiça do Trabalho, pois sem possuir recursos para pagar as custas do processo anterior, ficará impossibilitado de novo acesso à jurisdição trabalhista<sup>117</sup>.

### 3.1.2 Julgamento da ADI 5766.

Em 09 de maio de 2018, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) deu início à sessão para o julgamento da ADI 5766. Nela foram apresentados o relatório do ministro Luís Roberto Barroso, as sustentações orais da Procuradoria-Geral da República, da Advocacia Geral da União e dos diversos *amicus curiae*. A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, destacou que “a previsão de que o trabalhador pague honorários periciais e de sucumbência com os recursos que obtiver em caso de êxito no processo afronta a garantia de amplo acesso à justiça”. Declarou que “a nova redação da CLT sobre a matéria é excessivamente mais severa e gravosa para o autor da ação do que a prevista no novo Código de Processo Civil (CPC). Já a advogada-geral da República, Grace Mendonça, mencionou que as alterações introduzidas pela reforma estabeleceram um equilíbrio entre o direito de acesso à justiça e a manutenção de gratuidade assegurado pela Constituição, fazendo com que o benefício seja concedido a trabalhadores que efetivamente dele necessitem<sup>118</sup>.

Na sessão, o representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT) mencionou que “o trabalhador que geralmente procura a Justiça em momento de desemprego e de vulnerabilidade econômica deixará de ingressar em juízo em razão dos custos que poderá ter”. Ressaltou que “entre as demandas mais comuns estão o pagamento de verbas rescisórias, horas extras e adicional de insalubridade”. Destaca que discussões sobre o adicional de insalubridade exigem a realização de prova pericial e que a mudança na legislação trabalhista fará com que o trabalhador somente reclame esse direito “se tiver certeza de que vai ganhar, pois do contrário poderá ser compelido a pagar a perícia com as verbas de horas extras que eventualmente receber (verba de natureza alimentar), o que demonstra como são perversas as alterações”. O representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) ressaltou que as alterações promovidas pela Reforma

---

<sup>117</sup> Idem p. 22-23

<sup>118</sup> PLENÁRIO INICIA JULGAMENTO DE PRIMEIRA ADI CONTRA ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA REFORMA TRABALHISTA. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=377922>>. Acesso em: 21 de nov. 2019.

Trabalhista têm como objetivo reduzir o número de demandas na Justiça do Trabalho, em violação ao direito fundamental dos trabalhadores pobres. Alegou que “ser público e notório que a Justiça do Trabalho é a dos desempregados, onde em pelo menos 50% das demandas discutem-se verbas decorrentes do rompimento do contrato que não foram pagas”.

Já o advogado da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) alertou que “se as normas não forem auferidas inconstitucionais pelo STF, as verbas eventualmente auferidas pelos trabalhadores nas ações judiciais serão totalmente destinadas ao pagamento de honorários dos advogados das empresas reclamadas<sup>119</sup>”.

O advogado da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) defendeu a constitucionalidade das normas afirmando que o trabalhador somente arcará com as custas processuais se não comprovar a insuficiência de recursos econômicos e que a condenação ao pagamento das custas, mesmo que o reclamante seja beneficiário de gratuidade de justiça, em caso de arquivamento do processo motivado pela ausência injustificada à audiência “não desestimula o trabalhador pobre a procurar o judiciário, mas sim o “trabalhador irresponsável”. O advogado da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) afirmou que é “necessário distinguir o acesso à justiça do benefício da assistência judiciária, cujo acesso deve obedecer requisitos e que ele não pode ser usado para eximir o trabalhador de qualquer responsabilidade processual<sup>120</sup>”.

No dia seguinte, 10 de maio de 2018, retomada a sessão, foi proferido o voto do relator, o ministro Luís Roberto Barroso. Ele julgou parcialmente procedente a ADI 5766 e esclareceu que seu voto foi pela “proporcionalidade e adequação”<sup>121</sup>. Segundo seu entendimento:

---

<sup>119</sup> PLENÁRIO INICIA JULGAMENTO DE PRIMEIRA ADI CONTRA ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA REFORMA TRABALHISTA. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=377922> > . Acesso em: 21 de nov. 2019.

<sup>120</sup> Idem.

<sup>121</sup> MINISTRO BARROSO REFERE ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO PARA PROFERIR VOTO SOBRE ACESSO À JUSTIÇA. Disponível em: < <https://www.anamatra.org.br/imprensa/noticias/26477-reforma-trabalhista-no-stf-adi> > . Acesso em: 21 de nov. 2019.



1. O direito à gratuidade de justiça pode ser regulado de forma a desincentivar a litigância abusiva, inclusive por meio da cobrança de custas e de honorários a seus beneficiários.
2. A cobrança de honorários sucumbenciais do hipossuficiente poderá incidir: (I) sobre as verbas não alimentares, a exemplo de indenização por danos morais, em sua integralidade; e (II) sobre o percentual de até 30% do valor que exceder ao teto do Regime Geral de Previdência Social, mesmo quando pertinente a verbas remuneratórias.
3. É legítima a cobrança de custas judiciais, em razão da ausência do reclamante à audiência, mediante prévia intimação pessoal para que tenha a oportunidade de justificar o não comparecimento<sup>122</sup>.

O julgamento foi suspenso após o pedido de vista do ministro Luiz Fux. No entanto, o ministro Edson Fachin adiantou o seu voto julgando procedente o pedido da referida ação direta de inconstitucionalidade. Ao pronunciar seu voto afirmou que

a restrição, no âmbito trabalhista, das situações em que o trabalhador terá acesso aos benefícios da gratuidade da justiça, pode conter em si a aniquilação do único caminho de que dispõem esses cidadãos para verem garantidos seus direitos sociais trabalhistas<sup>123</sup>.

O ministro ressalta que as restrições impostas pela Lei 13.467 à gratuidade de justiça e ao acesso à justiça devem ser aferidas quanto a sua constitucionalidade em concreto, “diante das diversas e possíveis situações da realidade, em que se vislumbra a consequência de esvaziamento do interesse dos trabalhadores”. Considera que os trabalhadores “na condição de hipossuficientes econômicos, não terão como demandar na Justiça Trabalhista, em virtude do receio de que suas demandas, ainda que vencedoras, retornem-lhes muito pouco do valor econômico efetivamente perseguido e, eventualmente devido<sup>124</sup>”. Ele destaca que limitar o acesso à gratuidade de Justiça e, como consequência, do próprio acesso à Justiça, constitui risco iminente e real de violação em cascata de direitos fundamentais, pois não se trata apenas de resguardar a proteção desses direitos fundamentais, mas sim de todo um sistema jurídico-constitucional de direitos fundamentais que deles depende para sua concretização.

---

<sup>122</sup> EMENTA DO VOTO DO MINISTRO BARROSO SOBRE A ADI 5766. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/dl/ementa-voto-barroso-custas-processos.pdf> >. Acesso em: 22 de nov. 2019.

<sup>123</sup> VOTO VOGAL DO SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN NA ADI 5766. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/dl/voto-fachin-reforma-trabalhista.pdf> > Acesso em: 22 de nov. 2019. p. 8

<sup>124</sup> Idem. p. 9.

Para corroborar sua tese de que as restrições impostas pela Reforma trabalhista podem inibir os trabalhadores pobres de ajuizarem suas demandas perante a Justiça do Trabalho, cita Nelson Nery Júnior:

(...) Se a lei, atendendo ao preceito constitucional, permite o acesso do pobre à Justiça, como poderia fazer com que, na eventualidade de perder a ação, tivesse que arcar com os honorários advocatícios da parte contrária? Seria, a nosso juízo, vedar o acesso ao Judiciário por via transversa porque, pendente essa espada de Dâmocles sobre a cabeça do litigante pobre, jamais iria ele querer promover qualquer ação judicial para a garantia de um direito ameaçado ou violado<sup>125</sup>.

Destaca que a mera existência de créditos judiciais obtidos em causas trabalhistas ou de outra natureza, decorrentes de uma ação ajuizada perante o Poder Judiciário não tem o condão de modificar por si só, a condição de miserabilidade jurídica do trabalhador. Conclui seu voto afirmando que as limitações impostas pela Lei 13.467/2017 “esvaziam direitos fundamentais essenciais dos trabalhadores, exatamente, no âmbito das garantias institucionais necessárias para que lhes seja franqueado o acesso à Justiça, propulsor da busca de seus direitos fundamentais sociais, especialmente os trabalhistas<sup>126</sup>”.

O voto do relator reconhecendo a constitucionalidade de dispositivos que colocam ônus ao trabalhador para evitar a litigiosidade excessiva<sup>127</sup>, inclusive aos beneficiários de justiça gratuita, parece desconsiderar que a origem dos grande número de ajuizamentos das demandas encontra-se na violação dos direitos dos trabalhadores por parte de seus empregadores, que em busca pelo aumento de seus lucros deixa de cumprir com suas obrigações trabalhistas. Um estudo realizado e divulgado, antes da Reforma Trabalhista, pelo Insper baseado em decisões de primeiro grau do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, que inclui a capital paulista e a Grande São Paulo, revelou que trabalhadores que ingressaram com ações foram vitoriosos em suas causas parcial ou totalmente em 88,5% dos casos<sup>128</sup>. Esse percentual desconstrói a tese de que grande parte das demandas

<sup>125</sup> NERY JÚNIOR, Nelson. **Princípios do processo na Constituição Federal**. São Paulo: RT, 2013, p. 127. In: VOTO VOGAL DO SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN NA ADI 5766. Op. Cit. p. 10-11.

<sup>126</sup> VOTO VOGAL DO SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN NA ADI 5766. Op. Cit. p. 13.

<sup>127</sup> POMPEU, Ana. **STF diverge sobre regra que impõe custas e sucumbência em ações trabalhistas**. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2018-mai-10/stf-diverge-regra-clt-impos-sucumbencia-acoas> >. Acesso em: 22 de nov. 2019.

<sup>128</sup> EMPREGADO ganha em 88% das ações trabalhistas no trt de são paulo, aponta estudo. **Gazeta do Povo**. Disponível em: < <https://www.insper.edu.br/noticias/imprensa-empregado-ganha-em-88-das-acoas-trabalhistas-no-trt-de-sao-paulo-aponta-estudo/> >. Acesso em: 22 nov. 2019.

trabalhistas sejam “aventuras jurídicas”, pois se assim fosse os direitos pleiteados não seriam reconhecidos pela Justiça.

Já o voto do ministro Fachin, decidindo pela inconstitucionalidade dos artigos impugnados pela ADI 5766, cria uma expectativa de que os direitos fundamentais dos trabalhadores assegurados pela norma constitucional serão devidamente respeitados, permitindo assim que uma grande parte deles, independente da condição econômica, possam usufruir do acesso à ordem jurídica justa.

Apesar da relevância da matéria e do impacto social que a decisão do STF pode promover ao decidir pela (in) constitucionalidade dos dispositivos impugnados pela ADI 5766, ela se encontra, até o presente momento, pendente de julgamento sem qualquer previsão para a realização de uma nova sessão.

### **3.2 - Enunciados da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).**

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, juntamente com a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, a Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas e o Sindicato dos Auditores Fiscais decidiram realizar em Brasília, nos dias 10 e 11 de outubro de 2017, pouco antes da entrada em vigor da Lei nº 13.467/2017 (em 11/11/2017), a 2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho, para discutir as dúvidas de constitucionalidade e de convencionalidade sobre diversos preceitos da referida Lei. Como resultado dos debates realizados durante a Jornada, foram publicados diversos enunciados que externam as posições oficiais da Anamatra sobre a Reforma Trabalhista, dentre eles, destacam-se os posicionamentos acerca dos dispositivos que limitam o direito constitucional da gratuidade de justiça integral e o acesso à justiça. São eles:

Enunciado nº 99 que versa sobre a sucumbência recíproca.

O juízo arbitrará honorários de sucumbência recíproca (art. 791-A, § 3º da CLT) apenas em caso de indeferimento total do pedido específico. O acolhimento do pedido,

com quantificação inferior ao postulado, não caracteriza sucumbência parcial, pois a verba postulada restou acolhida.

Enunciado nº 100 que trata sobre honorários e assistência judiciária.

É inconstitucional a previsão de utilização dos créditos trabalhistas reconhecidos em juízo para o pagamento de despesas do beneficiário da justiça gratuita com honorários advocatícios ou periciais (artigos 791-A, § 4º, e 790-B, § 4º, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 13.467/2017), por ferir os direitos fundamentais à assistência judiciária gratuita e integral, prestada pelo Estado, e à proteção do salário (artigos 5º, LXXIV, e 7º, X, da Constituição Federal).

Enunciado nº 103 que aborda o acesso à justiça.

Acesso à justiça. Art. 844, § 2º e § 3º, da CLT. Inconstitucionalidade. Viola o princípio de acesso à justiça a exigência de cobrança de custas de processo arquivado como pressuposto de novo ajuizamento. O princípio do acesso à justiça é uma das razões da própria existência da justiça do trabalho, o que impede a aplicação dessas regras, inclusive sob pena de esvaziar o conceito de gratuidade da justiça.

Enunciado nº 105 que expõe o entendimento sobre sentença sem exame de mérito.

SENTENÇA SEM EXAME DE MÉRITO. DIREITO AUTURAL À EMENDA CLT, art. 840, § 3º. Sentença sem exame do mérito. Necessidade de oportunizar a emenda. A exordial que não atende integralmente os requisitos legais deve ensejar oportunidade para emenda e não imediata sentença sem exame do mérito, sob pena de obstar o direito do autor à integral análise do mérito (CPC, arts. 4º, 6º, 317, 319 e 321; TST, Súmula 263)<sup>129</sup>.

Diante da ausência de um posicionamento do STF sobre os dispositivos da Lei 13.467/2017 que impõe restrições ao benefício da gratuidade de justiça integral ao trabalhador e a concretização do direito fundamental do acesso à justiça, o entendimento presente nos enunciados adquire grande relevância, pois enquanto não acontece o julgamento da ADI 5766, eles servem como norte para as decisões nos Tribunais Regionais do Trabalho.

---

<sup>129</sup> REFORMA TRABALHISTA: Enunciados aprovados. 2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho (2017). Disponível em: <  
[https://www.anamatra.org.br/attachments/article/27175/livreto\\_RT\\_Jornada\\_19\\_Conamat\\_site.pdf](https://www.anamatra.org.br/attachments/article/27175/livreto_RT_Jornada_19_Conamat_site.pdf)>.  
 Acesso em: 22 nov. 2019.

### **3.3 - Teses aprovadas pelo 19º Congresso Nacional de Magistrados da Justiça do Trabalho (Conamat).**

Em maio de 2018, na cidade de Belo Horizonte, foi realizado o 19º Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho. Durante sua realização, duas comissões temáticas se dedicaram ao debate das dimensões material e processual da Reforma Trabalhista.

Como resultado dos debates ocorridos na Comissão 4 sobre a Lei 13.467/2017 e suas restrições à gratuidade de justiça e ao acesso de justiça, a Conamat aprovou as seguintes teses: 6. Permissão para que o autor da ação possa realizar a emenda da Petição Inicial para evitar a sentença sem resolução de mérito; 25. Declaração de inconstitucionalidade dos §§ 2º e 3º do art. 844 da CLT; 26. Entendimento de que o beneficiário da gratuidade judiciária integral continuará dispensado do pagamento de custas de arquivamento; 27. Posicionamento favorável à presunção de hipossuficiência econômica àqueles que recebem salário igual ou inferior a 40% do valor máximo do teto de benefícios do Regime Geral da Previdência Social (RGPS); 28. Admissão de declaração de insuficiência de recursos como requisito para concessão de justiça gratuita para a parte que receber salário superior a 40% do limite máximo do teto de benefícios do RGPS; 29. Atribuição de presunção de insuficiência de recursos e consequentemente a concessão de gratuidade de justiça ao autor desempregado; 30. Entendimento de que a assistência judiciária gratuita no processo do trabalho deve ser integral para conferir efetividade ao direito do acesso à justiça; 33. Posicionamento contrário à compensação, desconto ou dedução dos honorários advocatícios sucumbenciais dos créditos obtidos pelo trabalhador em juízo; 34. Entendimento de que a previsão de utilização dos créditos trabalhistas obtidos em juízo para pagamento de honorários periciais e advocatícios são inconstitucionais; e 35. Compreensão de que a obtenção de crédito trabalhista em ação judicial, por si só, não modifica a situação de miserabilidade jurídica de beneficiário da justiça gratuita e que tais créditos reconhecidos em juízo são de natureza alimentar superprivilegiada e marcados pela intangibilidade e que por esse motivo, não devem ser utilizados para o pagamento de custas processuais<sup>130</sup>.

---

<sup>130</sup> Ibidem.

As teses aprovadas pela Conamat, citadas acima, apresentam o entendimento dominante dos juízes do Trabalho acerca dos temas expostos. As que foram aprovadas sobre os artigos da Lei 13.467/2017 que violam o direito de gratuidade de justiça e do acesso à justiça foram considerados inconstitucionais. No entanto, elas, assim como as demais teses aprovadas em quaisquer eventos realizados por magistrados, com natureza político-científica, não são vinculantes. Sendo assim, apesar do posicionamento da Conamat, é possível encontrar precedentes na Justiça do Trabalho de decisões que consideram que a aplicação desses dispositivos seja compatível com a Constituição Federal.

### **3.4- Instrução Normativa TST nº 41/2018.**

Em 21 de junho de 2018 foi aprovada pelo Pleno do Tribunal Superior do Trabalho a Instrução Normativa nº 41, editada por meio da Resolução nº 221, que dispõe sobre as normas da CLT com as alterações da Lei 13.467/2017 e sua aplicação no processo do trabalho. Criada para regulamentar a aplicabilidade intertemporal da Reforma Trabalhista, ela não analisou o conteúdo das normas processuais, limitando-se apenas à sua aplicação. Para sua elaboração foram consideradas: a vigência da Lei nº 13.467/2017 a partir de 11 de novembro de 2017; a necessidade do TST posicionar-se, ainda que de forma não exaustiva, sobre a aplicação das normas processuais presentes na CLT alteradas ou acrescentadas pela nova Lei; a necessidade de manter a segurança jurídica para viabilizar estabilidade das relações processuais; a decisão pendente do Tribunal Pleno do TST sobre a inconstitucionalidade do art. 702, I, “f”, da CLT; a decisão pendente do STF sobre a ADI nº 5766 que requer a declaração de inconstitucionalidade dos arts. 790-B e 791-A; e a revogação dos §§ 3º e 5º do art. 899 da CLT.

Dentre algumas medidas aprovadas pela Instrução nº 41/2018 destacam-se: a aplicação imediata das normas processuais previstas na CLT, alteradas pela Lei 13.467/2017, com eficácia a partir de 11 de novembro de 2017, quando passou a vigorar, não se aplicando, no entanto, aos processos ajuizados antes da vigência da referida Lei (art. 1º), assim como a aplicação do art. 790-B, *caput* e §§ 1º a 4º, da CLT, e do art. 791-A, e parágrafos, da CLT, que tratam sobre o pagamento dos honorários periciais e a condenação em honorários advocatícios sucumbenciais, que somente serão efetivado aos

processos iniciados após a entrada em vigor da Reforma Trabalhista (arts. 5º e 6º). O entendimento de que as novas regras processuais serão aplicadas somente nas ações ajuizadas a partir da data citada acima também se mantém para o arts. 840 e 844, §§ 2º, 3º e 5º, da CLT, que se referem às mudanças dos critérios para a petição inicial e condenação ao pagamento de multa ao reclamante que não comparecer na audiência, condicionando tal pagamento como um requisito para propor nova demanda (art. 12)<sup>131</sup>.

Como mencionado anteriormente, a Instrução Normativa limitou-se apenas à aplicação das normas processuais, por isso, e devido a pendência de julgamento pelo STF da ADI 5766, alguns tribunais da Justiça do Trabalho ao se depararem com o julgamento de um caso concreto em que se aplica os dispositivos introduzidos pela Reforma Trabalhista que restringe o benefício da gratuidade de justiça os têm efetivado.

### **3.5- Algumas decisões das Câmaras do TST sobre a Reforma Trabalhista e suas restrições ao acesso à justiça.**

A limitação ao benefício da gratuidade de justiça imposta pela Lei 13.467/2017 é um dos preceitos mais polêmicos da lei que alterou a legislação trabalhista. É notório que uma das principais barreiras existentes para a concretização do amplo acesso à justiça é a questão econômica, limitar a extensão desse benefício assegurado pela constituição aos trabalhadores pobres pode desestimular a busca pela tutela jurisdicional. Em razão disso, enquanto não há um entendimento pacificado do STF sobre a (in) constitucionalidade da norma, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e os Tribunais Regionais (TRTs) têm enfrentado essa questão a partir do julgamento de casos concretos.

Ao contrário dos enunciados divulgados pela Anamatra e pela Conamat, que consideram inconstitucionais vários dispositivos que restringem a gratuidade de justiça integral e inibem o acesso à justiça, adotando um entendimento mais favorável ao trabalhador, é possível encontrar precedentes do TST que adotam posicionamento

---

<sup>131</sup> RESOLUÇÃO Nº 221/2018 QUE EDITA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 41/2018. Disponível em: <  
[https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/138949/2018\\_res0221\\_in0041.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/138949/2018_res0221_in0041.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 22 nov. 2019.

adverso, como por exemplo, as decisões sobre a condenação de parte, mesmo que beneficiária da gratuidade de justiça, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais às demandas trabalhistas ajuizadas após a entrada em vigor da Reforma Trabalhista.

Ao julgar um Agravo de Instrumento em Recurso de Revista sobre esse tema, a 4ª Turma do TST decidiu:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA - CONDENAÇÃO DA BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS - COMPATIBILIDADE DO ART. 791-A, § 4º, DA CLT COM O ART. 5º, CAPUT, XXXV E LXXIV, DA CF - TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA - DESPROVIMENTO. 7. Percebe-se, portanto, que o art. 791-A, § 4º, da CLT não colide com o art. 5º, caput, XXXV e LXXIV, da CF, ao revés, busca preservar a jurisdição em sua essência, como instrumento responsável e consciente de tutela de direitos elementares do ser humano trabalhador, indispensáveis à sua sobrevivência e à da família. 9. Por todo o exposto, não merece reforma o acórdão regional que manteve a imposição de pagamento de honorários advocatícios à Autora sucumbente, restando incólumes os dispositivos apontados como violados na revista. Agravo de instrumento desprovido" (AIRR-20007-35.2018.5.04.0102, 4ª Turma, Relator Ministro Ives Gandra Martins Filho, DEJT 08/11/2019).

A Terceira Turma do TST seguiu o mesmo entendimento:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DAS LEIS Nos 13.015/2014, 13.105/2015 E 13.467/2017. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. AÇÃO AJUIZADA APÓS A VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 791-A, § 4º, DA CLT. 4. Assim, os condicionamentos impostos restauram a situação de isonomia do atual beneficiário da Justiça gratuita quanto aos demais postulantes. Destaque-se que o acesso ao Judiciário é amplo, mas não incondicionado. Nesse contexto, a ação contramajoritária do Judiciário, para a declaração de inconstitucionalidade de norma, não pode ser exercida no caso, em que não se demonstra violação do princípio constitucional de acesso à Justiça. Agravo de instrumento conhecido e desprovido" (AIRR-2054-06.2017.5.11.0003, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 31/05/2019).

Sobre a condenação ao pagamento de multa ao reclamante que não comparecer à audiência, condicionando-o como um requisito para a propositura de nova demanda, a quarta turma do TST se posicionou favorável à sua aplicabilidade. Em uma decisão pelo desprovido de recurso manifestou o entendimento de que o artigo 844, e seus parágrafos 2º e 3º, da CLT, são compatíveis com a constituição.



"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA AUTORA - ARQUIVAMENTO DA RECLAMAÇÃO TRABALHISTA - AUSÊNCIA INJUSTIFICADA DA RECLAMANTE NA AUDIÊNCIA - PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS COMO CONDIÇÃO PARA A PROPOSITURA DE NOVA DEMANDA, AINDA QUE BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA - COMPATIBILIDADE DO ART. 844, §§ 2º e 3º, DA CLT COM O ART. 5º, CAPUT, XXXV e LXXIV, DA CF - TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA - DESPROVIMENTO. 7. Percebe-se, portanto, que o art. 844, §§ 2º e 3º, da CLT não colide com o art. 5º, caput, XXXV e LXXIV, da CF, ao revés, busca preservar a jurisdição em sua essência, como instrumento responsável e consciente de tutela de direitos elementares do ser humano trabalhador, indispensáveis à sua sobrevivência e à da família". (AIRR-1000279-09.2018.5.02.0017, 4ª Turma, Relator Ministro Ives Gandra Martins Filho, DEJT 22/11/2019).

### 3.6- Segundo ano da Reforma Trabalhista: efeitos sobre o acesso à Justiça.

Dentre os principais argumentos utilizados pelos apoiadores da Reforma Trabalhista, destacam-se a necessidade de reformar as leis trabalhistas para reaquecer a economia, gerar novos postos de trabalho e coibir as denominadas “aventuras judiciais”. Passados dois anos do início de sua vigência, como era previsível, as duas milhões de vagas de emprego que seriam criadas com a aprovação da Reforma, lardeada pelo presidente Michel Temer ao apresentar a projeto de lei para sua aprovação, não aconteceram. A taxa de desemprego antes da reforma era de 12, 2%, em outubro de 2017, e atualmente, é de 11,8%<sup>132</sup>, ou seja, houve uma redução pífia diante do sacrifício dos direitos imposto aos trabalhadores. O crescimento da economia também não ocorreu como o discurso proferido pelos adeptos da Reforma, a previsão é de que seu crescimento nesse ano seja de menos de 1%<sup>133</sup>. Como podemos observar, não houve avanços significativos na geração de empregos e tampouco no crescimento da economia.

No entanto, como citado anteriormente, um dos intuitos que se pretendia alcançar com a introdução da Lei 13.467/2017 era reduzir o número de ajuizamento de ações perante a justiça do Trabalho e esse sim, foi alcançado com êxito. Após o primeiro ano de sua vigência já era possível observar uma drástica redução de novas reclamações trabalhistas. De acordo com a coordenadoria de Estatística e Pesquisa do TST, no ano de

<sup>132</sup> IBGE: Taxa de desocupação no trimestre (encerrado em setembro de 2019). Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=desemprego&searchphrase=all> >. Acesso em: 22 nov. 2019.

<sup>133</sup> IBGE: Produto Interno Bruto – PIB. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/explica/ PIB.php> >. Acesso em: 22 nov. 2019.

2017 foram ajuizadas 2.648.463 novas demandas trabalhistas, no ano de 2018 esse número foi reduzido para 1.742.507, e de janeiro a setembro de 2019 o número foi de 1.389.031<sup>134</sup>. A tendência é que esse número diminua ainda mais, à medida em que novas demandas favoráveis aos empregadores vão se tornando leis, como por exemplo, a desobrigatoriedade de registro do horário de trabalho de empregados em estabelecimento com até 20 trabalhadores, promovida pela Lei 13.874/2019, conhecida como Lei da Liberdade Econômica, em seu art. 74, § 2º. Essa lei prejudica de certa forma os trabalhadores que laboram em empresas que têm entre 10 e 19 funcionários, pois se forem pleitear horas extras perante a Justiça, o ônus da prova recairá sobre eles, visto que a lei deixou de exigir dos empregadores, que atendem ao requisito citado acima, o documento com os registros de trabalho. Antes da mudança, era obrigatório o registro para todos os empregadores que tivessem mais de dez trabalhadores e nesse caso, o ônus da prova recaía sobre o empregador.

De acordo com o dados recentes divulgados pela “Justiça em Números”, relatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que tem como referência o ano-base de 2018, uma vez que as informações de 2019 ainda estão sendo fechados, o não pagamento das verbas rescisórias de rescisão do contrato de trabalho figurou como o principal assunto nas ações trabalhistas<sup>135</sup>. Essa informação, juntamente com os dados estatísticos divulgados pelo Tribunal Superior do Trabalho, citados anteriormente, que explicitam a queda do número de novas ações trabalhistas ajuizadas após a vigência da Lei 13.467/2017, leva-nos a crer que as limitações ao benefício da justiça gratuita na justiça trabalhista e consequentemente ao direito de acesso à justiça, têm relação direta com essa redução. Principalmente, se considerarmos que as violações aos direitos básicos do trabalhador, como as que compõem as verbas indenizatórias do término do contrato de trabalho continuam existindo.

Após a aprovação da Reforma Trabalhista, algumas ideias que até então eram defendidas timidamente passaram a ser sustentadas abertamente, dentre elas, a defesa pelo fim da Justiça Especializada do Trabalho. Em outubro de 2019, o deputado federal Paulo Martins (PSC –PR) apresentou a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que propunha

---

<sup>134</sup> RECEBIDOS E JULGADOS DO TST. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/web/estatistica/jt/recebidos-e-julgados>>. Acesso em: 22 nov. 2019.

<sup>135</sup> JUSTIÇA EM NÚMEROS 2019/ Conselho Nacional de Justiça-Brasília: CNJ, 2019, p.204. Disponível em: <[https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/conteudo/arquivo/2019/08/justica\\_em\\_numeros20190919.pdf](https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/conteudo/arquivo/2019/08/justica_em_numeros20190919.pdf)>. Acesso em: 22 nov. 2019.

a extinção dos Tribunais Regionais do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho. De acordo com a proposta as atribuições desses tribunais seriam transferidas para a Justiça Federal. Ela foi suspensa pelo seu idealizador, ainda na fase de recolhimento das assinaturas, sob a alegação de que “trata-se de assunto delicado que precisa ser mais amadurecido<sup>136</sup>”. Entretanto, apesar do recuo do parlamentar sobre essa questão, o discurso que ameaça a existência da Justiça Trabalhista ainda paira no ar e encontra eco em vários segmentos da sociedade, principalmente entre àqueles que dela não necessitam para efetivar seus direitos.

---

<sup>136</sup> DEPUTADO SUSPENDE COLETA DE ASSINATURAS PARA APRESENTAÇÃO DE PEC EXTINGUINDO A JUSTIÇA DO TRABALHO. Disponível em: < <https://www.anamatra.org.br/imprensa/noticias/28879-deputado-suspende-coleta-de-assinaturas-para-apresentacao-de-pec-extinguindo-a-justica-do-trabalho> >. Acesso em: 22 nov. 2019.

## CONCLUSÃO

A concessão do benefício da gratuidade de justiça é fundamental para que as pessoas que não possuem recursos financeiros para pagar as despesas processuais sem prejuízo de sua subsistência possam ter acesso à Justiça. Presente em todos os textos constitucionais do Brasil, a partir da Constituição de 1934, com exceção da Constituição de 1937, essa garantia tem permitido ao longo dos anos que trabalhadores pobres possam ajuizar suas reclamações diante da Justiça do Trabalho e, por conseguinte consigam a efetivação dos seus direitos trabalhistas.

Em um país como o Brasil marcado pela desigualdade social, que apresenta alto índice de pobreza e desemprego, e ainda mantém, em pleno século XXI, um número expressivo de pessoas analfabetas, recorrer à tutela jurisdicional do Estado se torna muitas vezes a única opção para que a pessoa possa usufruir do seu direito e/ou ter a devida reparação pela sua violação. Devido à precariedade da fiscalização do Trabalho, motivada pela carência de auditores fiscais na Secretaria de Trabalho, vinculada ao Ministério da Economia, multas com valores irrisórios aplicadas aos empregadores que descumprem a legislação trabalhista, e até mesmo o aspecto cultural de parte dos empresários que optam por não cumprir com as obrigações trabalhistas, confiando na impunidade, diversos direitos dos trabalhadores são frequentemente negligenciados.

A falta do cumprimento dos direitos assegurados pela legislação trabalhista faz com que os trabalhadores recorram ao Judiciário para concretizá-los. Durante as discussões para a aprovação da Reforma Trabalhista foi amplamente divulgado pelos seus defensores o grande número de ações ajuizadas perante a Justiça do Trabalho; os adeptos da nova Lei defendiam a necessidade de reduzi-las para coibir a chamada “indústria de ação trabalhista”. Consideravam que as normas processuais do processo do trabalho e a extensão da gratuidade de justiça concedida ao reclamante para ingressar com uma ação era muito benéfica para o trabalhador e desfavorável para o empregador, se tornando assim, segundo eles, um instrumento muito utilizado para o que denominaram de “aventura jurídica”.

Em nenhum momento das discussões pela aprovação da nova Lei, os parlamentares favoráveis às mudanças na CLT mencionaram a necessidade de promover

medidas que inviabilizasse o descumprimento dos direitos dos trabalhadores, pelo contrário, em todo o debate, assim como nas justificativas do projeto de lei, era evidente que a Lei 13.467/2017 atendia aos interesses da classe empresária em detrimento da classe trabalhadora. A preocupação com o número expressivo de ações trabalhistas não era motivada pela garantia e a efetivação dos direitos, mas sim meramente com a redução de custos para o empregador, as causas que teriam motivado um grande número de vitórias dos trabalhadores nas decisões judiciais não foram consideradas.

Em busca da realização desse objetivo, os legisladores incluíram dispositivos na Reforma Trabalhista que limitam a gratuidade de justiça, como os arts. 790-B, *caput* e § 4º, 791-A, § 4º, 844, § § 2º, 3º da CLT. Com a ADI 5766 /2017 pendente de análise pelo STF, ainda não há uma decisão sobre a (in) constitucionalidade dos artigos que estendem algumas obrigações e condenações de multa aos beneficiários da gratuidade de justiça. Enquanto isso, algumas turmas do TST que já enfrentaram essa questão têm decidido pela aplicabilidade da norma. Diante desse cenário de incertezas e temerário de que ao invés de ter seu direito efetivado, adquira uma dívida decorrente do processo trabalhista, o trabalhador hipossuficiente economicamente tem hesitado em pleitear seus direitos perante a Justiça do Trabalho. O legislador não foi ingênuo ao incluir na Lei os artigos citados acima, restringir a concessão da gratuidade de justiça é um dos métodos mais efetivos para impedir que grande parte dos trabalhadores reivindiquem seus direitos diante do Poder Judiciário, visto que a questão econômica ainda continua sendo um grande obstáculo para a efetivação do direito constitucional do acesso à justiça.

Os dados estatísticos apresentados pelo TST sobre o ajuizamento de demandas trabalhistas após a entrada em vigor da Reforma Trabalhista demonstram que sua aprovação foi um grande retrocesso na história das conquistas dos direitos do trabalho. A redução do número de ações trabalhistas pleiteadas perante o Judiciário corrobora a tese de que as limitações impostas por ela ao benefício da gratuidade de justiça promovem a restrição do direito do acesso à justiça. Pois, ao se sentirem intimidados por uma possível condenação ao pagamento de multa ou ao pagamento de honorários periciais e advocatícios sucumbenciais, parte dos trabalhadores passaram a se sentir inseguros para ajuizar uma ação. Em decorrência dessa hesitação e inibição para pleitear seus direitos provocada com a promulgação da referida lei, a concretização do direito de acesso à ordem jurídica justa pelo trabalhador torna-se ainda mais distante.

Apesar dos artigos da Reforma Trabalhista que limitam a gratuidade de justiça e por consequência o acesso à justiça inequivocadamente constituírem uma grave violação aos direitos assegurados pela Constituição Federal, em seu artigo 5º, incisos LXXIV e XXXV, e ao art. 8º da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, não é possível prever qual será a decisão do STF ao julgar a ADI 5766, haja vista de que antes da suspensão havia um voto favorável e um contrário à declaração de inconstitucionalidade dos artigos impugnados pela ação proposta pela Corregedoria-Geral da Justiça. Diante da incerteza, resta-nos esperar que os dispositivos presentes na ação sejam interpretados à luz da Constituição e que os direitos fundamentais presentes na Magna Carta sejam respeitados, para que os direitos do trabalhador não se configurem apenas como uma simples menção presente no texto constitucional, mas que sejam devidamente concretizados para todos aqueles que buscam ser alcançados pela tão almejada justiça. Não obstante, é preciso ter em mente que o direito de forma nenhuma se esgota nos tribunais, mas se perfaz nas lutas sociais e nas ruas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Amauri, Cesar. **Função Capitalista do Direito do Trabalho no Brasil**. Revista LTr., ano 77, setembro de 2013. São Paulo: LTr., 2013.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BARROS, Flaviane Magalhães; TEODORO, Warlen Soares e MAIA, Amanda Monique de Souza Aguiar. **Primeiras linhas para acesso ao processo**. In: Revista do Direito Público, v10, n.1, Londrina, 2015.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CACCIAMALLI, M. C. A desfiliação do estatuto do trabalho na década de 1990 e a inserção dos ocupados que compõem as famílias de menor renda relativa. In: CAMPOS, Rosana Soares. **O impacto das reformas econômicas neoliberais na América Latina**: desemprego e pobreza. Polis (online), 47, 2017, p. 6. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/polis/12585>>. Acesso em 10 nov. 2019.

CÂMARA, Alexandre Freitas. O acesso à justiça no Plano dos Direitos Humanos. In: QUEIROZ, Raphael Augusto Sofiati (Org.). **Acesso à justiça**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2002.

CAPELARI, Rogério Sato. Direitos Fundamentais e de acesso à ordem jurídica justa: A proporcionalidade como meio de sua efetivação. In: **A Constitucionalização do direito**: seus reflexos e o acesso à Justiça. JUCÁ, Francisco Pedro; ISHIKAWA, Lauro (org.). 1ª ed. São Paulo: Boreal Editora, 2015.

CAPPELLETTI, Mauro e GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Porto Alegre: Fabris, 1988.

CARELLI, Rodrigo. Os cinco mitos da Justiça do Trabalho. In: **Reforma Trabalhista**: reflexões críticas. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2018.

CERQUEIRA, Jackson B. A. de. Uma visão do neoliberalismo: surgimento, atuação e perspectivas. **Sitientibus**, Feira de Santana, nº 39, jul./dez. 2008.

CONVENÇÃO 158 DA OIT. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/dl/convencao-oit-158.pdf> >. Acesso em: 15 nov. 2019.

DELGADO, Maurício Godinho; Gabriela Neves Delgado. **A Reforma Trabalhista no Brasil: com os comentários à Lei n. 13.467/2017**. São Paulo: LTr, 2017.

DINAMARCO, Candido Rangel. Instituições de Direito Processual Civil. In: BARROS, Anna Flávia Magalhães de Caux Barros; PINTO, Mariana Lamago de Magalhães. **O jus postulando e o acesso à justiça no processo do Trabalho**. Disponível em < <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=0cb5ebb1b34ec343> >. Acesso em 04 set. 2019.

DIMOULIS, Dimitri e MARTINS, Leonardo. **Teoria geral dos direitos fundamentais**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DONATO, Verônica Chaves Carneiro. **O Poder Judiciário no Brasil: Estruturas, críticas e controle**. Fortaleza, 2006. Tese de mestrado.

ECONOMIDES, Kim. Lendo as ondas do “Movimento de Acesso à Justiça”: epistemologia *versus* metodologia? In: **Cidadania, justiça e violência**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p.55-70. Disponível em: < <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6742/39.pdf> >. Acesso em 21 ago. 2019.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves; PEDRON, Flavio Barbosa Quinaud. **O poder judiciário e (m) crise: reflexões de teoria da constituição e teoria geral do processo sobre o acesso à justiça e as recentes reformas do poder judiciário à luz de Ronald Dworkin, Klaus Günther e Jürgen Habermas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

FILHO, Wilson Ramos. **Marxismo e política: as classes sociais e o direito**. Revista do Curso de Direito UNIFACS, n. 151, 2013.



GALANTER, Marc. Acesso à Justiça em um Mundo Com Capacidade Social em Expansão. In: FERRAZ, Leslie Shérída. **Repensando o acesso à Justiça no Brasil**: Estudos Internacionais, vol. 2. Institutos inovadores / Coordenação [de] Leslie Shérída Ferraz – Aracaju: Evocati, 2016. P.16-31.

GIMENEZ, Denis Maracci e SANTOS, Anselmo Luis dos. Desenvolvimento, competitividade e a reforma trabalhista. In: **Dimensões críticas da Reforma Trabalhista no Brasil**. Campinas: Editora Curt Nimuendajú, 2018.

GONÇALVES, Guilherme Leite. **Marx está de volta!** Um chamado pela virada materialista no campo do direito. In: Revista Direito e Praxis, vol. 5, n 9, 2014.

GRYNSZPAN, Mario. Acesso e recurso à justiça no Brasil: algumas questões. In: PANDOLFI, Dulce. **Cidadania, justiça e violência**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

HISTÓRIA da Justiça do Trabalho **Tribunal Superior do Trabalho**. Disponível em: < <http://www.tst.jus.br/historia-da-justica-do-trabalho> >. Acesso em 07 out. 2019.

JUNQUEIRA, Eliane Botelho. Acesso à Justiça: um olhar retrospectivo. **Revista Estudos Históricos**, n. 18 – **Justiça e Cidadania**. São Paulo: CPDOC/FGV, 1996-2.

KOKAY, Erika. Reforma Trabalhista de Temer: o maior golpe contra a classe trabalhadora desde a criação da CLT. In: **O Golpe de 2016 e a Reforma trabalhista**: narrativas de resistência. Bauru: Canal, 2017, p. 98-103.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 16 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

---

\_\_\_\_\_. 12 ed. São Paulo: LTr, 2014.

LIMA, Leonardo Tibo Barbosa. **Justiça do Trabalho: história, importância e desafios.** Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/60059/justica-do-trabalho-historia-importancia-e-desafios> >. Acesso em 15 de outubro de 2019.

MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto. **O acesso à justiça sob a mira da reforma trabalhista:** ou como garantir o acesso à justiça diante da reforma trabalhista. Disponível em: < <https://www.jorgesoutomaiormaior.com/blog/o-acesso-a-justica-sob-a-mira-da-reforma-trabalhista-ou-como-garantir-o-acesso-a-justica-diante-da-reforma-trabalhista> >. Acesso em: 03 nov. 2019.

MANIFESTANTES pedem nova constituição para o Chile. **G1**, Rio de Janeiro, 04 nov. 2019. Disponível em: < <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/11/04/manifestantes-pedem-nova-constituicao-para-o-chile-protestos-pelo-pais-continuam.ghtml> >. Acesso em 10 nov. 2019.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito processual do trabalho. In: SCHIAVI, Mauro. **Manual de direito processual do trabalho:** de acordo com a reforma trabalhista. 13ª Ed. São Paulo: LTr, 2018.

PALMISCIANO, Ana Luísa de Souza Correia de Melo. **Acesso à justiça e à cidadania:** considerações sobre Justiça do Trabalho, princípios de direito laboral e imaginário popular. Revista OAB-RJ, ISSN 1984-2627, Rio de Janeiro, vol. 25, n 1, jan. à jun. de 2009, p. 61-84.

PEDRON, Flávio Barbosa Quinaud. Reflexões sobre o “acesso à Justiça” qualitativo no Estado Democrático de Direito. In: **Proteção ao acesso à Justiça nos Órgãos Interamericanos de Direitos Humanos.** Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=8eb9becbba23d2cc> > . Acesso em 26 ago. 2019.

PORTO, Júlia Pinto Ferreira Porto. **Acesso à Justiça: Projeto Florença e Banco Mundial.** Tese (Mestrado em Direito Político e Econômico) – Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2009.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de direitos humanos.** São Paulo: Saraiva, 2014.

REIS, Tiago. **Consenso de Washington:** um conjunto de medidas liberais para reformar a economia. Disponível em: < <https://www.sunoresearch.com.br/artigos/consenso-de-washington/> > Acesso em 14 out. 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Sociologia dos Tribunais e a Democratização da Justiça**. In: *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 7ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

\_\_\_\_\_. **Para uma revolução democrática da justiça**. São Paulo: Cortez, 2007.

SCHIAVI, Mauro. **Manual de Direito Processual do Trabalho**: De acordo com a reforma trabalhista. 13. ed. São Paulo: LTr, 2018.

SILVA, Homero Batista Mateus da. **Comentários à reforma trabalhista**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 1998.

\_\_\_\_\_. Curso de direito constitucional positivo. In: SANTOS, Marialva de Sena. **Acesso à Justiça**: dever do estado e garantia da cidadania. Belém: Paka-tatu, 2007.

SMITH, Adam. Os salários do Trabalho. In: **A riqueza das Nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

TORRES, Vivian A. Gregori. A face inexplorada do terceiro setor: instrumento de acesso à justiça. São Paulo: Plêiade, 2010.

WATANABE, Kazuo. “Acesso à justiça e sociedade moderna”, In: Ada Pelegrini Grinover, Cândido Rangel Dinamarco e Kazuo Watanabe (coord.) **Participação e processo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

WEBER, Max. Burocracia. In: **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1982.